



Release de Resultados

1T25

08/05/2025

ri.sanepar.com.br

Curitiba, 08 de maio de 2025.

A Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar (SAPR3 – ON; SAPR4 – PN; SAPR11 – Units) apresenta os resultados financeiros e operacionais referentes ao 1º trimestre de 2025 (1T25). As informações econômicas foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, ainda com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Seguem, ainda, as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

DESTAQUES 1T25

Margem EBITDA	Lucro Líquido (MM)
1T24: 45,6% → 1T25: 61,8%	1T24: R\$ 379,4 → 1T25: R\$ 1.208,0 +218,4%
Número de Economias	Dívida Líquida/EBITDA
Água + 1,2% Esgoto + 2,8%	1,5x
Receita Líquida	Investimentos (MM)
1T25: + 6,3%	1T24: R\$ 424,6 → 1T25: R\$ 486,7 +14,6%

	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. (1/2)	1T23 (3)	Var. (2/3)
Receita Líquida	1.805,2	1.698,0	6,3 %	1.454,0	16,8 %
Resultado Operacional	964,6	640,8	50,5 %	547,6	17,0 %
EBITDA	1.115,9	774,2	44,1 %	663,9	16,6 %
Lucro Líquido	1.208,0	379,4	218,4 %	319,6	18,7 %
ROE (Anualizado)	20,8	15,7	5,1 p.p.	13,2	2,5 p.p.
ROIC (Anualizado)	14,3	12,5	1,8 p.p.	10,7	1,8 p.p.
Dívida Líquida	4.760,6	4.482,2	6,2 %	3.966,2	13,0 %
Margem Bruta	49,6	55,3	-5,7 p.p.	55,2	0,1 p.p.
Margem Operacional	59,1	30,9	28,2 p.p.	30,4	0,5 p.p.
Margem Líquida	66,9	22,3	44,6 p.p.	22,0	0,3 p.p.
Margem EBITDA	61,8	45,6	16,2 p.p.	45,7	-0,1 p.p.
Endividamento do PL	51,6	48,9	2,7 p.p.	46,9	2,0 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA	1,5	1,5	0,0 p.p.	1,7	-0,2 p.p.

1. DADOS OPERACIONAIS

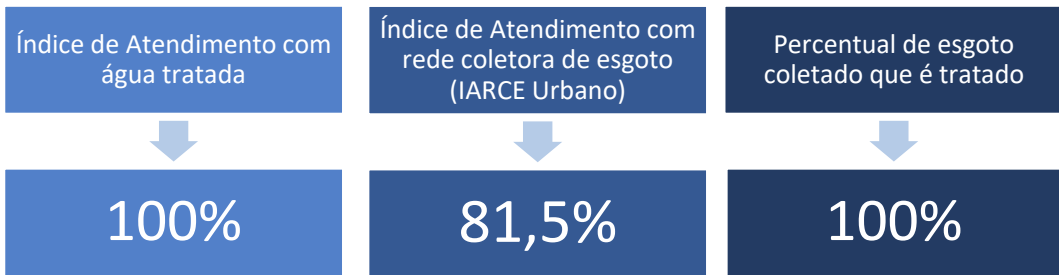
1.1 MERCADO

Contratos em % da Receita Total da Companhia, em 31 de março de 2025:

Contratos (% da Receita Total)				Índice de Cobertura		Economias Ativas Totais (em milhares)	
Municípios	% Receita total	Período Remascente de concessão	Tipo de Concessão	Água	Coleta de Esgoto	Água	Esgoto
Curitiba	21,1%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	99,3%	849,1	839,7
Londrina	7,0%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	99,3%	258,9	259,4
Maringá	5,3%	15,4 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	176,0	198,0
Cascavel	3,9%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	100,0%	138,8	153,4
Foz do Iguaçu	3,7%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	83,8%	125,4	105,6
Ponta Grossa	3,1%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	92,6%	166,5	153,3
São José dos Pinhais	2,8%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	89,5%	123,7	109,0
Colombo	1,8%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	77,4%	89,1	68,7
Guarapuava	1,7%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	88,8%	73,6	63,8
Toledo	1,6%	23,2 anos	Água e Esgoto	100%	92,9%	66,4	60,5
Demais Municípios	48,0%					2.270,2	1.492,2
Totais				100,0%	81,5%	4.337,7	3.503,6

A Companhia, por meio de 346 concessões municipais, presta serviços de tratamento e distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto. Conforme estabelecido pela 6ª/2023 e pela 7ª/2023 Assembleias Gerais Extraordinárias das Microrregiões de Água e Esgoto do Estado do Paraná (MRAE-1, MRAE-2 e MRAE-3), os prazos das concessões de 343 municípios foram uniformizados com vencimento em 05/06/2048, com exceção dos municípios de: (i) Porto União, com vencimento em 31/03/2048; (ii) Maringá, com vencimento em 27/08/2040, que foi objeto de discussão judicial transitada em julgado, em fase de cumprimento de decisão para a apuração dos valores devido pelo município a título de indenização prévia; e (iii) Andirá, que tem vencimento em 05/12/2032, não operado pela Companhia.

Atendimento: Água e Esgoto



Ligações de Água

Número de Ligações de Água*	MAR/25 (1)	%	MAR/24 (2)	%	Var. % (1/2)
Residencial	3.169.725	90,7	3.138.011	90,8	1,0
Comercial	258.045	7,4	251.716	7,3	2,5
Industrial	13.756	0,4	13.741	0,4	0,1
Utilidade Pública	24.947	0,7	24.786	0,7	0,6
Poder Público	28.213	0,8	27.689	0,8	1,9
Totais	3.494.686	100,0	3.455.943	100,0	1,1

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Ligações de Água			
MAR/24	MAR/25		
3.455.943	3.494.686	+ 38.743 ligações de água	+ 1,1% MAR/24 x MAR/25

Ligações de Esgoto

Número de Ligações de Esgoto*	MAR/25 (1)	%	MAR/24 (2)	%	Var.% (1/2)
Residencial	2.347.275	90,4	2.287.269	90,4	2,6
Comercial	209.561	8,1	202.518	8,0	3,5
Industrial	6.609	0,2	6.434	0,3	2,7
Utilidade Pública	17.014	0,7	16.663	0,7	2,1
Poder Público	16.448	0,6	15.884	0,6	3,6
Totais	2.596.907	100,0	2.528.768	100,0	2,7

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Ligações de Esgoto			
MAR/24	MAR/25		
2.528.768	2.596.907	+ 68.139 ligações de esgoto	+ 2,7% MAR/24 x MAR/25

1.2 DESEMPENHO OPERACIONAL

Evolução do Volume Medido de Água

Volume Medido de Água - milhões de m ³ *	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	126,3	122,5	3,1
Comercial	11,6	11,2	3,6
Industrial	3,2	2,9	10,3
Utilidade Pública	1,5	1,4	7,1
Poder Público	5,2	4,9	6,1
Totais	147,8	142,9	3,4

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Evolução do Volume Faturado de Água

Volume Faturado de Água - milhões de m³*	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	130,4	127,1	2,6
Comercial	12,6	12,2	3,3
Industrial	3,3	2,9	13,8
Utilidade Pública	1,2	1,1	9,1
Poder Público	5,3	5,0	6,0
Totais	152,8	148,3	3,0

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

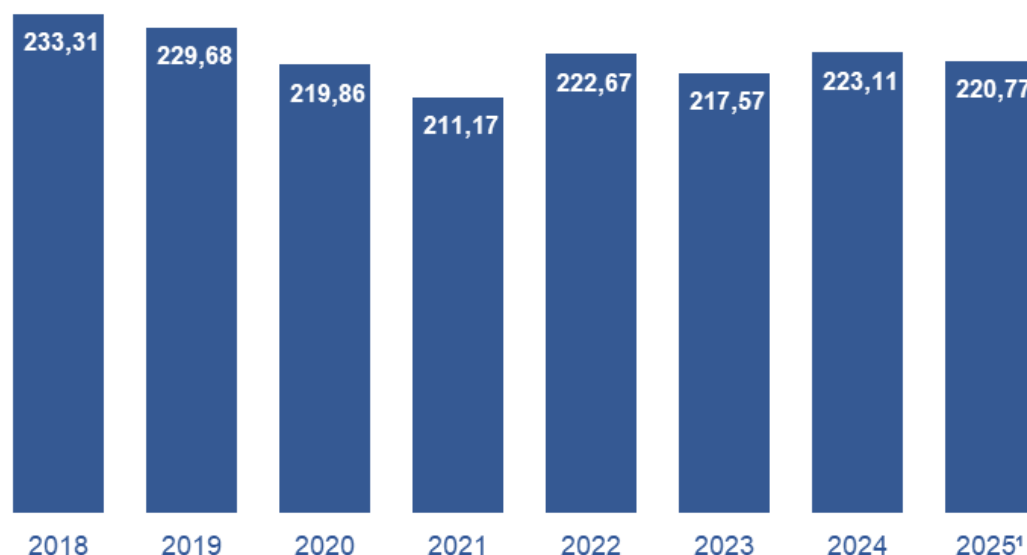
Evolução do Volume Faturado de Esgoto

Volume Faturado de Esgoto - milhões de m³*	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Residencial	104,5	100,1	4,4
Comercial	12,1	11,4	6,1
Industrial	1,1	0,9	22,2
Utilidade Pública	1,0	1,0	0,0
Poder Público	4,2	3,9	7,7
Totais	122,9	117,3	4,8

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Evolução do Índice de Perdas por Ligação*

Litros/Ligação/Dia



(1) Valores acumulados dos últimos 12 meses.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

* A partir do Exercício de 2023, em convergência com os aspectos legais do Marco Regulatório do Saneamento e por determinação da Agência Reguladora do Estado do Paraná – Agepar, que estabeleceu a utilização como indicador o Índice de Perdas por Ligação no padrão SINISA (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico) a Companhia alterou a forma de cálculo e apresentação deste indicador. O Índice de Perdas por Ligação calculado no padrão SINISA considera o volume de perdas de água definido como a diferença entre o volume produzido, o balanço entre o volume exportado e importado, e o volume micro medido nos hidrômetros, excluindo o volume de serviço (operacional, recuperado e especial), sendo apresentado acumulado para um período de 12 meses.

Água e Esgoto: Dados Gerais

Água*	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. (1/2)	1T23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de distribuição	4.337.744	4.286.771	1,2 %	4.256.603	0,7 %
Nº de estações de tratamento	168	168	0,0 %	168	0,0 %
Nº de poços	1.217	1.192	2,1 %	1.187	0,4 %
Nº de captações de superfície	224	231	-3,0 %	233	-0,9 %
Km de rede assentada	62.725	61.671	1,7 %	60.330	2,2 %
Volume Produzido (m³)	219.654.367	215.311.823	2,0 %	203.581.085	5,8 %
Perdas no faturamento - %	30,43	31,13	-0,70 p.p.	32,49	-1,36 p.p.
Evasão de receitas - % (inadimplência)	2,85	2,03	0,82 p.p.	-4,72	6,75 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

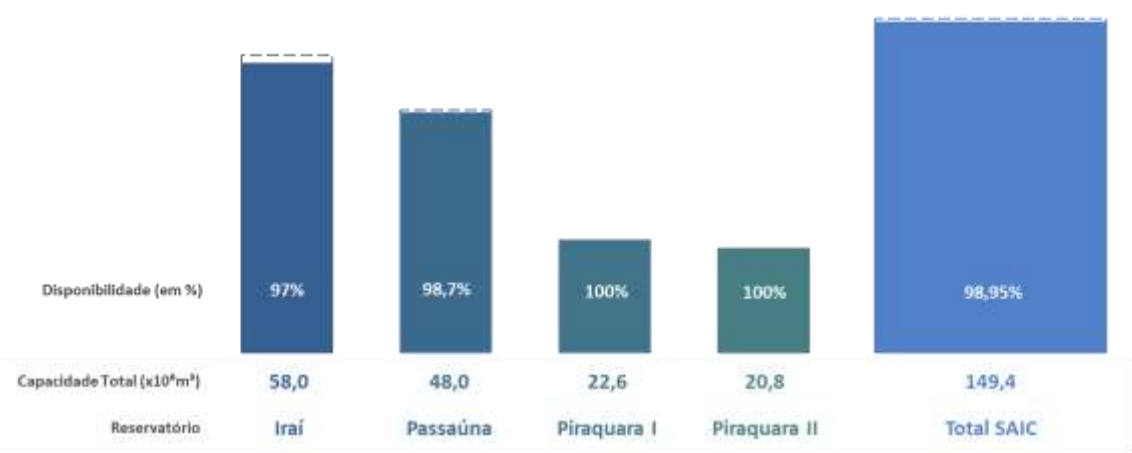
Esgoto*	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. (1/2)	1T23 (3)	Var. % (2/3)
Economias atendidas com rede de coleta	3.503.605	3.409.186	2,8 %	3.319.013	2,7 %
Nº de estações de tratamento	268	266	0,8 %	263	1,1 %
Km de rede assentada	43.660	42.357	3,1 %	41.075	3,1 %
Volume coletado em m³	118.103.202	112.362.213	5,1 %	101.973.929	10,2 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Volumes Disponíveis

O volume médio disponível do Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba (SAIC) é composto pelas Barragens Piraquara I, Piraquara II, Irai e Passaúna. No Município de Foz do Iguaçu, a Sanepar utiliza a água da Barragem da Hidrelétrica Itaipu Binacional, do lago de Itaipu, no Rio Paraná. Em 31 de março de 2025, o volume médio de reservação estava em 99,0% (100,0% em 31/12/2024).

Níveis das Barragens do SAIC em 31/03/2025*



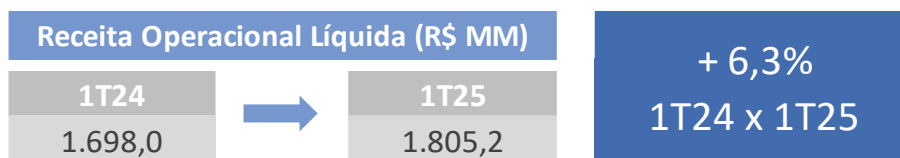
*Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

2. DADOS FINANCEIROS

2.1 DESEMPENHO ECONÔMICO

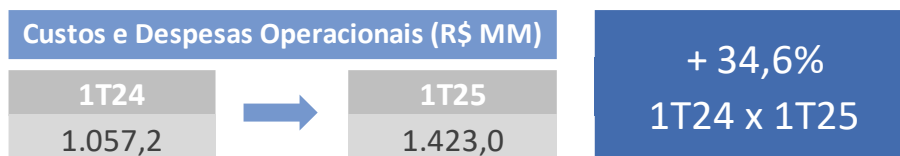
Receita Operacional

Receita Operacional Bruta - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Receita de Água	1.155,1	1.095,7	5,4
Receita de Esgoto	725,7	677,6	7,1
Receita de Serviços	36,7	34,0	7,9
Receita de Resíduos Sólidos	4,1	3,9	5,1
Serviços Prestados aos Municípios	6,4	6,4	0,0
Doações Efetuadas por Clientes	13,1	10,5	24,8
Outras Receitas	2,6	1,5	73,3
Total Receita Operacional	1.943,7	1.829,6	6,2
COFINS	-113,8	-108,3	5,1
PASEP	-24,7	-23,3	6,0
Totais das Deduções	-138,5	-131,6	5,2
Totais das Receitas Operacionais Líquidas	1.805,2	1.698,0	6,3



O aumento na receita operacional líquida é decorrente de: (i) reajuste tarifário de 2,9577% a partir de 17 de maio de 2024; (ii) crescimento dos volumes faturados de água e esgoto; e (iii) do aumento no número de ligações.

Custos e Despesas operacionais



Custos e Despesas (Receitas) Operacionais R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Pessoal	-690,4	-383,5	80,0
Materiais	-82,0	-76,4	7,3
Energia Elétrica	-106,8	-142,9	-25,3
Serviços de Operação de Esgoto - PPP	-14,7	-6,0	145,0
Serviços de Terceiros	-273,2	-231,9	17,8
Depreciações e Amortizações	-151,3	-133,4	13,4
Perdas na Realização de Créditos	-82,6	-29,9	176,3
Fundo Municipal de Saneamento Gestão Ambiental	-34,9	-34,6	0,9
Taxa de Regulação	-9,6	-9,2	4,3
Doações Incentivadas (IRPJ)	-2,2	0,0	-
Indenizações por Danos a Terceiros	-21,5	-0,8	2.587,5
Indenizações Trabalhistas a Terceiros	-3,8	0,0	-
Despesas Capitalizadas	30,5	28,6	6,6
Provisões para Contingências	161,1	31,5	411,4
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,1	-12,5	12,8
Programa de Participação nos Resultados	-92,4	-29,0	218,6
Receita de Venda de Ativos	2,6	0,2	1.200,0
Baixas de Ativos	-1,2	-1,2	0,0
Outros Custos e Despesas	-36,5	-26,2	39,3
Subtotal	-1.423,0	-1.057,2	34,6
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	2.055,8	0,0	-
Provisão Passivo Regulatório/Honorários Advocatícios	-1.473,4	0,0	-
Total de Custos e Despesas (Receitas) Operacionais	-840,6	-1.057,2	-20,5

As principais variações ocorridas foram em decorrência de:

Pessoal

Crescimento de 80,0%, em função de: (i) Reajuste salarial de 4,87% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2026 (data base março de 2025); (ii) Reajuste salarial de 3,86% (INPC) sobre as verbas trabalhistas e benefícios referente ao Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2024/2026 (data base março de 2024), impactando integralmente em 2025; (iii) Reajuste de 9,88% do SANESAÚDE em junho de 2024; (iv) Indenizações trabalhistas referentes a processos julgados no montante de R\$168,8 milhões (R\$68,9 milhões no mesmo período de 2024); (v) provisão do abono indenizatório no montante de R\$17,7 milhões (R\$15,7 milhões no mesmo período de 2024); e (vi) Provisão Plano de Demissão Voluntária – PDV no montante de R\$171,6 milhões. Por outro lado, o número de empregados passou de 6.100 no 1T24 para 5.977 no 1T25.

Materiais

Aumento de 7,3%, relacionado com gastos em materiais de operação de sistemas (aumento de 82,6%), em material de limpeza e higiene, em material de manutenção eletromecânica, em material de laboratório e de 2,3% com gastos em material de tratamento, que representa 63,0% do total da rubrica de materiais no trimestre.

Energia Elétrica

Redução de 25,3%, principalmente pelo reflexo da migração de aproximadamente 550 unidades consumidoras operacionais da Companhia para o Mercado Livre de Energia até o 1T25.

Serviço de Operação de Esgoto – PPP

Crescimento de 145,0%, principalmente pelo efeito comparativo considerando que o início das atividades da Parceria Público-Privada – PPP na operação do sistema de esgotamento sanitário em 16 municípios da Microrregião Centro-Litoral do Paraná ocorreu em fevereiro 2024.

Serviços de Terceiros

Aumento de 17,8%, principalmente em serviços de processamentos de dados, serviços de cadastro e faturamento, serviços de vigilância, e serviços de manutenção de redes.

Depreciações e Amortizações

Acréscimo de 13,4%, pela entrada em operação de ativos intangíveis e/ou imobilizados, no período de abril de 2024 a março de 2025, no montante de R\$1.865,0 milhões (líquido das baixas).

Perdas na Realização de Créditos

Aumento de 176,3%, ocasionado pelo aumento da inadimplência principalmente de clientes particulares. A partir do 1T25 a Companhia passou a provisionar, complementarmente à provisão já registrada, o efeito vagão de contas vencidas de clientes que possuem saldo de parcelamentos.

Indenizações por Danos a Terceiros

Crescimento de 2.587,5%, em decorrência do reconhecimento no resultado do 1T25 de baixas de ações cíveis no valor de R\$21,5 milhões, relacionadas principalmente com cobrança indevida de clientes, danos morais e materiais.

Provisões para Contingências

Reversão de provisões no montante de R\$184,5 milhões motivada pelas baixas parciais e definitivas (reversões e pagamentos), mudança de probabilidade de perda ou arquivamento processual de ações trabalhistas: (i) R\$40,0 milhões referem-se a ações judiciais movidas pelo Sindicato dos Engenheiros do Paraná – SENGGE; (ii) R\$60,0 milhões referem-se a ações judiciais por equiparação salarial; (iii) R\$84,5 milhões referem-se a reclassificação de risco contingencial com probabilidade de perda “provável” para “possível” e baixas de valores de processos trabalhistas, compensada pela provisão complementar e novas ações trabalhistas no valor de R\$34,2 milhões, cujos objetos decorrem principalmente de: (i) adicionais e horas extras; (ii) ações movidas pelo Sindicato dos Engenheiros – SENGGE referente diferenças salariais do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração – PCCR; (iii) Descanso Semanal Remunerado - DSR; e (iv) equiparação salarial.

Receita Precatórios – Ação Judicial IRPJ

Reconhecimento inicial dos Precatórios a Receber inscrito no Orçamento da União (LOA 2025), reflexo da repetição de indébito tributário do IRPJ do período de maio de 1996 a outubro de 2022.

Provisão Passivo Regulatório/Honorários

Provisão Regulatória de valor a ser compartilhado com os clientes da Companhia, à razão de 75% do valor do ganho da ação do indébito tributário do IRPJ (Precatórios a Receber), conforme regra atual de compartilhamento estabelecida pela Agepar, e honorários advocatícios.

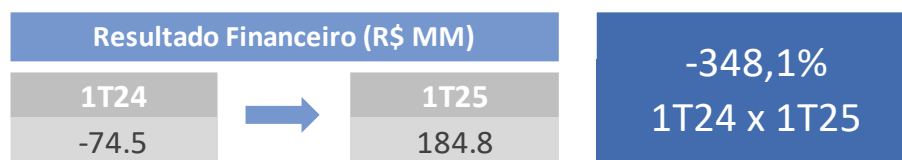
Programa de Participação nos Resultados – PPR

Aumento da base de cálculo do PPR em função do reconhecimento contábil dos precatórios.

2.2 INDICADORES ECONÔMICOS

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Receitas Financeiras			
Aplicações Financeiras	61,7	48,9	26,2
Variações Monetárias Ativas	25,0	22,9	9,2
Variações Cambiais Ativas	12,3	0,0	-
Ganho com Instrumentos Financeiros Derivativos	2,9	0,0	-
Outras Receitas Financeiras	20,4	10,9	87,2
Cofins e Pasep sobre Receitas Financeiras	-104,4	0,0	-
Subtotal	17,9	82,7	-78,4
Juros Auferidos - Receita Precatórios	2.147,8	0,0	-
Totais das Receitas Financeiras	2.165,7	82,7	2.518,7
Despesas Financeiras			
Juros e Taxas de Financiamentos, Empréstimos, Debêntures, Arrendamentos e PPP	-131,6	-122,4	7,5
Variações Monetárias Passivas	-45,1	-33,0	36,7
Variações Cambiais Passivas	-4,5	-0,5	800,0
Perda com Instrumentos Financeiros Derivativos	-14,3	-0,7	1.942,9
Outras Despesas Financeiras	-0,2	-0,6	-66,7
Subtotal	-195,7	-157,2	24,5
Provisão Passivo Regulatório	-1.535,9	0,0	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	-249,3	0,0	-
Totais das Despesas Financeiras	-1.980,9	-157,2	1.160,1
Resultado Financeiro	184,8	-74,5	-348,1



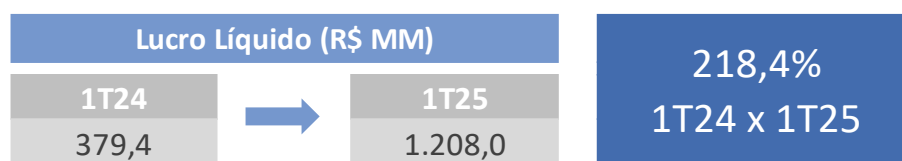
As Receitas Financeiras cresceram 2.518,7%, passando de R\$ 82,7 milhões no 1T24 para R\$ 2.165,7 milhões no 1T25, reflexo, principalmente dos valores a receber relativos aos precatórios.

As Despesas Financeiras aumentaram 1.160,1%, passando de -R\$ 157,2 milhões no 1T24 para -R\$ 1.980,9 no 1T25, proveniente principalmente dos precatórios provisionados relativos à ação movida pela Companhia junto à União. Também decorrentes do aumento da base de cálculo de

encargos financeiros em função da captação de recursos de terceiros, despesas com variações monetárias passivas e perda com instrumentos financeiros derivativos.

Resultado Econômico

Resultado Econômico - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Resultado Operacional	964,6	640,8	50,5
Resultado Financeiro	184,8	-74,5	-348,1
Tributos sobre o Lucro	58,6	-186,9	-131,4
Lucro Líquido	1.208,0	379,4	218,4



O resultado foi impactado principalmente pelo reconhecimento da Receita relacionada com os Precatórios a Receber da Ação Judicial do IRPJ, no montante líquido de R\$845,0 milhões.

Itens não Recorrentes

Itens não Recorrentes - R\$ milhões *	1T25	1T24
Lucro Líquido	1.208,0	379,4
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	-4.203,5	0,0
Provisão Passivo Regulatório/Honorários/AVJ	3.258,6	0,0
COFINS/PIS-PASEP sobre Receita de Precatórios - Ação IRPJ	99,9	0,0
Programa de Participação nos Resultados - PPR	78,7	0,0
Plano de Demissão Voluntária - PDV	171,6	0,0
PCLD Complementar - Efeito Vagão Parcelamentos	32,3	0,0
Efeitos Tributários	-221,2	0,0
Lucro Líquido ajustado aos itens não recorrentes	424,4	379,4
% Margem Líquida de itens não recorrentes	23,5	22,3
EBITDA Ajustado de itens não recorrentes	816,2	774,2
% Margem EBITDA Ajustada de itens não recorrentes	45,2	45,6

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada

Distribuição da Riqueza Econômica Gerada - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Remuneração de Pessoal	730,0	364,6	100,2
Remuneração a Governos (Tributos)	248,2	373,8	-33,6
Remuneração a terceiros (Aluguéis)	2,4	2,2	9,1
Remuneração de Capitais de Terceiros (Juros e Variações Monetárias)	1.980,9	157,2	1.160,1
Lucro Líquido do Período não distribuído	1.208,0	379,3	218,5
Total da Riqueza Econômica	4.169,5	1.277,1	226,5

A estratégia de crescimento e desenvolvimento da SANEPAR, para operar em um mercado de serviços públicos, também liberado à iniciativa privada, está baseada na busca de resultados

efetivos, comprometimento com a universalização, qualidade dos serviços prestados e atendimento às necessidades do poder concedente e acionistas.

Os números a seguir demonstram os resultados econômico-financeiros que a Companhia vem alcançando para sustentação de programas de investimentos, propiciando as condições adequadas e necessárias para atingir a universalização prevista pelo marco legal do saneamento.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Receita Operacional Líquida	1.805,2	1.698,0	6,3 %
Lucro Operacional	964,6	640,8	50,5 %
Lucro Líquido	1.208,0	379,4	218,4 %
% Margem Operacional *	59,1	30,9	28,2 p.p.
% Margem Líquida *	66,9	22,3	44,6 p.p.
% Rentabilidade do PL médio *	10,6	3,8	6,8 p.p.
Dívida Líquida/EBITDA (Acumulado 12 meses) *	1,5	1,5	0,0 p.p.

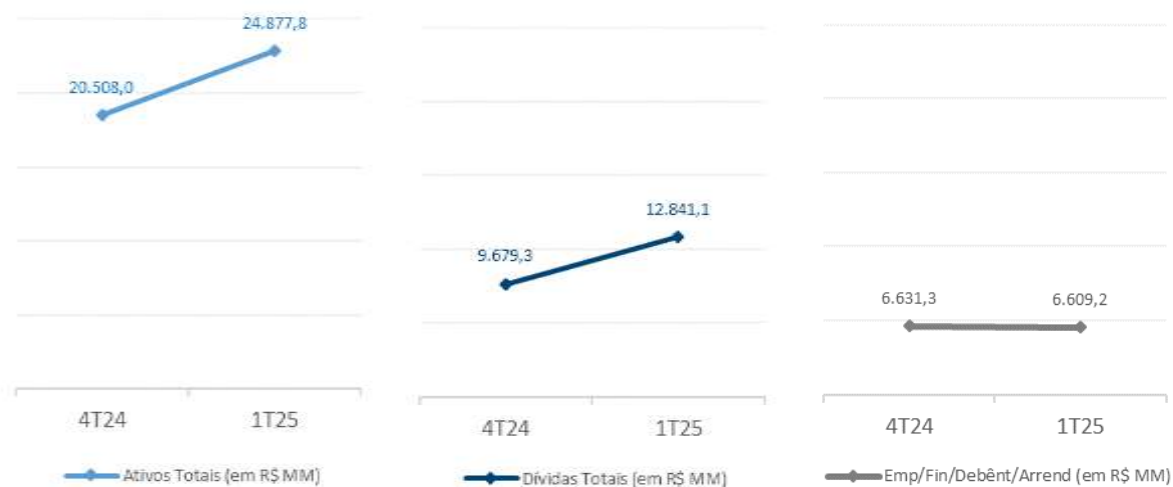
* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Evolução dos Indicadores

	Referência	MAR/25	DEZ/24	Var.
Patrimônio Líquido	R\$ Milhões	12.036,7	10.828,7	11,2 %
Valor Patrimonial da Ação *	R\$	7,96	7,17	11,0 %
Grau de Endividamento *	%	51,6	47,2	4,4 p.p.
Liquidez Corrente *	R\$	1,47	1,78	-17,4 %
Liquidez Seca *	R\$	1,44	1,74	-17,2 %

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

Evolução do Ativo e Dívidas



EBITDA e Geração de Caixa Operacional

EBITDA - R\$ milhões *	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Lucro Líquido	1.208,0	379,4	218,4
(+) Tributos sobre o Lucro	-58,6	186,9	-131,4
(+) Resultado Financeiro	-184,8	74,5	-348,1
(+) Depreciações e Amortizações	151,3	133,4	13,4
EBITDA	1.115,9	774,2	44,1
% Margem EBITDA	61,8	45,6	16,2 p.p.
% Conversão de EBITDA em Caixa	65,7	82,0	-16,3 p.p.

* Informação não auditada ou não revisada pelos auditores independentes.

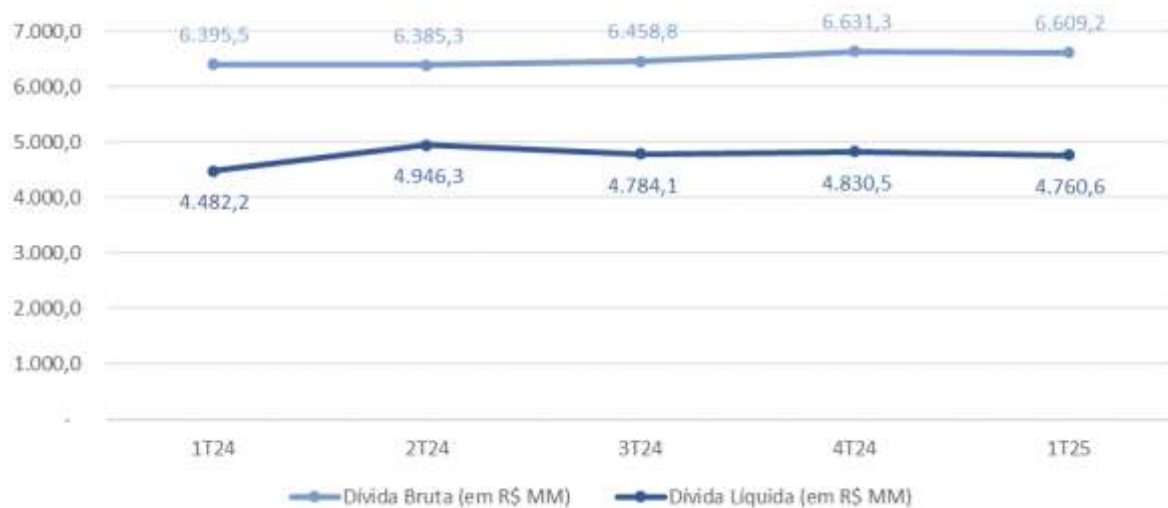
A geração de caixa operacional no 1T25 foi de R\$733,6 milhões, aumento de 15,5% em relação ao 1T24. A Conversão do EBITDA em Caixa Operacional foi de 65,7%.

2.3 INVESTIMENTOS

Investimentos - R\$ milhões	1T25 (1)	1T24 (2)	Var. % (1/2)
Água	157,8	161,0	-2,0
Esgoto	296,7	224,0	32,5
Outros Investimentos	32,2	39,6	-18,7
Totais	486,7	424,6	14,6

2.4 ENDIVIDAMENTO

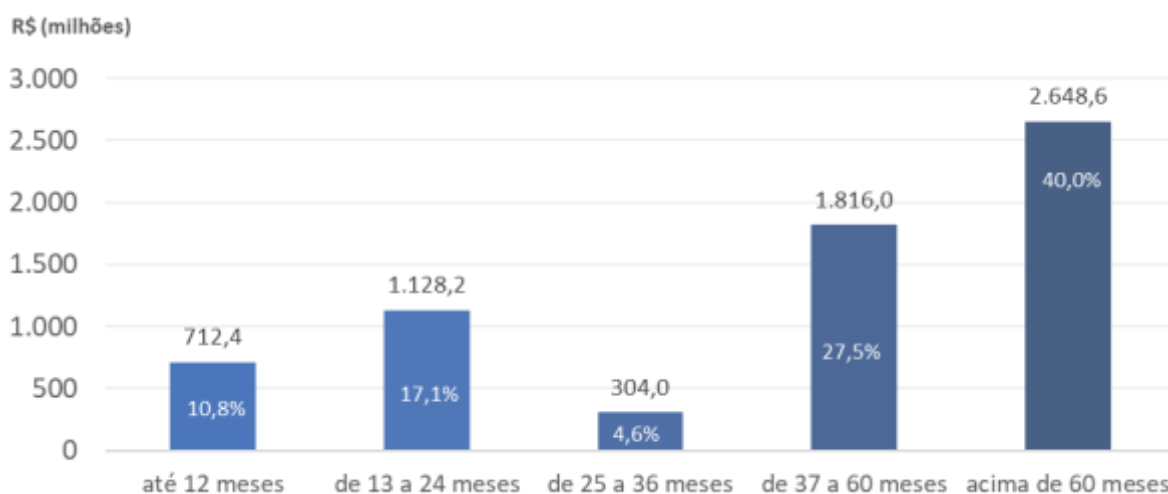
Evolução trimestral da Dívida Bruta e da Dívida Líquida



Índice de Alavancagem (Dívida Líquida/EBITDA - acumulado 12 meses) e Grau de Endividamento

	1T24	1T25
Índice de Alavancagem	1,5x	1,5x
Grau de Endividamento	48,9%	51,6%

Composição da dívida por prazo de vencimento



Composição dos empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos em 31/03/2025:

Endividamento - R\$ milhões	Taxa de Juros Anual	Indexador	Término do Contrato	Saldo Devedor	%
Caixa Econômica Federal	6,62% a 12,00%	TR	19/04/2046	2.255,2	34,1
Debêntures 14ª Emissão - Série Única	DI + 1,05%	-	15/01/2030	612,5	9,3
Debêntures 10ª Emissão - Série Única	4,66%	IPCA	15/03/2027	473,0	7,2
Debêntures 13ª Emissão - Série Única	DI + 1,90%	-	15/04/2028	423,3	6,4
Debêntures 12ª Emissão - 2ª Série	5,89%	IPCA	15/01/2032	352,6	5,3
Arrendamento Litoral	11,14%	IPC-FIPE	07/12/2036	309,4	4,7
Debêntures 12ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,08%	-	15/01/2027	306,0	4,6
BNDES - Avançar	3,59% e 5,60%	IPCA	15/12/2041	302,6	4,6
Debêntures 11ª Emissão - 2ª Série	4,25%	IPCA	15/03/2029	265,6	4,0
Debêntures 11ª Emissão - 3ª Série	4,49%	IPCA	17/03/2031	205,9	3,1
Banco KFW	1,35%	EURO	30/12/2032	203,7	3,1
BNDES - PAC2	TJLP +1,67% a 2,05%	-	15/07/2029	182,8	2,8
Arrendamento Direito de Uso	12,29%	-	30/06/2029	169,5	2,6
Debêntures 9ª Emissão - 2ª Série	107,25% do DI	-	11/06/2026	156,6	2,4
Debêntures 7ª Emissão - 2ª Série *	4,79%	IPCA	15/11/2038	84,2	1,3
Debêntures 11ª Emissão - 1ª Série	DI + 1,65%	-	16/03/2026	65,0	1,0
Debêntures 4ª Emissão - 1ª Série	TJLP + 1,67%	-	15/07/2027	57,6	0,9
Debêntures 7ª Emissão - 4ª Série	6,57%	IPCA	15/11/2038	49,7	0,7
Debêntures 4ª Emissão - 2ª Série	7,44%	IPCA	15/07/2027	42,2	0,6
Debêntures 7ª Emissão - 1ª Série *	5,20%	IPCA	15/11/2038	36,6	0,5
BNDES - FINAME	7,18%	IPCA	15/11/2034	33,0	0,5
Debêntures 7ª Emissão - 3ª Série	6,97%	IPCA	15/11/2038	21,7	0,3
Parceria Público-Privada PPP	7,48%	IPCA	26/03/2048	0,5	-
Totais				6.609,2	100,0

* IPCA como componente variável da TLP

3. REGULAÇÃO

2ª Revisão Tarifária Periódica - RTP da Sanepar

Em 21 de outubro de 2020, na 21ª Reunião Extraordinária do Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), foi aprovada a instauração da 2ª Revisão Tarifária Periódica (RTP) da Sanepar, com orientação para que ocorresse em duas fases, sendo a primeira em 2021 e a segunda fase em 2022.

A primeira fase da 2ª RTP foi consolidada em nove notas técnicas, as quais tiveram como base a metodologia aplicada no primeiro ciclo tarifário. Em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, as notas técnicas foram submetidas a consultas públicas, no período de 04 de janeiro a 17 de fevereiro de 2021, e audiência pública em 31 de março de 2021.

Em 14/04/2021 o Conselho Diretor da Agepar, na Reunião Extraordinária nº 012/2021, apresentou o resultado final da 1ª fase da 2ª RTP, quando decidiu pela aprovação do reposicionamento tarifário de 5,7701%, com aplicação anual do Fator X de 0,98% sobre a parcela B da tarifa.

Por meio da Resolução nº 007 de 29/03/2022, a Agepar divulgou o cronograma da 2ª fase da 2ª RTP, que resultou na elaboração de dezoito notas técnicas, as quais, em consonância com o estabelecido na Lei Complementar Estadual nº 222/2020, foram submetidas a quatro consultas públicas, realizadas entre junho de 2022 e março de 2023 e a uma audiência pública, na qual foi apresentado o resultado do P0 correspondente ao 2º ciclo tarifário da Sanepar em 18 de abril de 2023.

Em 20/04/2023, o Conselho Diretor da Agepar homologou o índice de reajuste de 8,2327%, que contemplou o cálculo final do reposicionamento tarifário referente à 2ª RTP, os reajustes tarifários anuais (IRTs) de 2022 e 2023, indexados ao IPCA, e o Fator X de 0,08%, aplicado sobre a tarifa total resultante do P0 (exceto as parcelas financeiras), com início de vigência da nova tarifa a partir de 17 de maio de 2023.

O modelo tarifário da Sanepar passou por alterações na 2ª Revisão Tarifária Periódica, como por exemplo a reclassificação dos custos entre gerenciáveis e não gerenciáveis a serem considerados pelo agente regulador.

As alterações mais significativas foram em relação aos custos de produtos químicos, que passaram a ser considerados como custos gerenciáveis, e de energia elétrica, onde a Agência implementou um tratamento tarifário diferenciado o qual foi decomposto em: (i) preço médio da energia elétrica, medido em R\$ /GWh, classificado como custo não gerenciável; e (ii) consumo específico, através do consumo de energia elétrica medido em GWh projetado, classificado como custo gerenciável. A motivação para tal decomposição decorre da alegação que a Companhia não possui gerência sobre o preço da energia, apenas tendo ação sobre o gerenciamento do consumo.

Ainda, foram mantidos como custos não gerenciáveis, o Fundo Municipal de Saneamento, a Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico, o Repasse pela Utilização de Manancial e a Taxa de Regulação, e foram incluídos os gastos com IPVA, IPTU e com Taxas, Alvarás e Licenciamento.

Diferimento 1ª RTP

Parte da parcela financeira presente na tarifa é oriunda do diferimento da 1ª RTP da Sanepar, ocasião em que a Companhia foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), por meio da Resolução Homologatória nº 003, de 12 de abril de 2017, a aplicar o índice de reposicionamento tarifário de 25,63% a partir de 17 de abril de 2017, conforme previsto no artigo 3º:

Art. 3º - Definir que a aplicação da revisão tarifária homologada conforme artigo 2º desta Resolução será diferida em 8 (oito) anos, sendo que a primeira parcela corresponderá, no ano de 2017, a um reposicionamento médio de 8,53% (oito vírgula cinquenta e três por cento), e as demais em 7 (sete) parcelas de 2,11% (dois vírgula onze por cento), acrescidas da correspondente correção financeira e da correção econômica, a qual se dará pela aplicação da taxa média ponderada dos financiamentos diários apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), nos termos definidos na Nota Técnica aprovada no artigo 1º desta Resolução.

Na 2ª fase da 2ª RTP, a Agepar atualizou a regra de cálculo das parcelas financeiras em relação ao critério da 1ª RTP.

Especificamente em relação ao cálculo da tarifa de compensação do diferimento, o saldo foi apurado na data de dezembro/2020 (data base para cálculo da 2ª RTP) e teve como indexador de correção a taxa Selic, aplicada sobre a diferença entre a receita verificada e a tarifa vigente, que resultou no valor de R\$ 1,582 bilhão.

A alteração da metodologia ocorreu no indexador da projeção das parcelas de compensação consideradas na tarifa da 2ª RTP, sendo definido pela Agência um único indexador, inclusive para o diferimento, passando a ser projetadas com base no WACC calculado na 2ª RTP até o encerramento do ciclo.

O saldo das parcelas de compensação na data base dezembro/2020 (2ª RTP), que se encerram ao final do segundo ciclo tarifário, totalizaram R\$ 1,255 bilhão.

Em relação aos registros contábeis, em analogia à Orientação Técnica OCPC 08 – Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, a Companhia não registra nas Demonstrações Contábeis os valores a receber decorrentes do diferimento, considerando que: (i) a realização ou exigibilidade destes valores dependeriam de evento futuro não totalmente controlável pela entidade - faturamento futuro dos serviços de água e esgoto; (ii) não é praticável saber, no momento do surgimento do direito a receber quais são os devedores destes valores; e (iii) o efetivo recebimento destes valores ocorrerá somente com a manutenção das concessões.

Consulta Pública de Metodologia de Reajuste Tarifário Anual - IRT

Em 12/09/2023 foi aberta a Consulta Pública Agepar nº 008/2023, referente à Nota Técnica nº 10/2023 - CSB - Metodologia de Reajuste Tarifário Anual a ser aplicada a partir do ano de 2024 para os serviços de saneamento básico de água e esgoto da Sanepar. Em 11/10/2023 a Companhia apresentou suas contribuições.

Em resumo, a metodologia proposta pela Agência corrige os custos pelo IPCA, exceto os custos com energia elétrica, que são corrigidos pela própria variação dos preços de energia, e ambos são descontados ou aumentados por um fator de desempenho de qualidade (Fator Q) e descontados os ganhos de produtividade (Fator X). Quanto aos Encargos Setoriais, a metodologia estabelece que os ajustes relativos à variação entre os valores projetados e os realizados serão apurados apenas na RTP posterior.

Em janeiro de 2024, o Conselho Diretor da Agepar homologou a Nota Técnica nº 010/2023 - Metodologia de Reajuste Tarifário Anual dos Serviços de Saneamento Básico de Água e Esgoto.

Índice de Reajuste Tarifário Anual – IRT 2024

Em 09/02/2024, a Companhia protocolou o pedido de Índice de Reajuste Tarifário anual (IRT 2024) junto à Agepar. Em reunião do Conselho Diretor da Agência realizada no dia 09/04/2024, foi homologado o Índice de Reajuste Tarifário Anual 2024 (IRT 2024) de 2,9577%, a ser aplicado sobre a tarifa de equilíbrio, resultando na tarifa média de R\$ 6,6290/m³, conforme metodologia de reajuste vigente, disposta na Nota Técnica Agepar nº 10/2023-DRE/CSB, sendo sua aplicação autorizada a partir de 17/05/2024.

3ª Revisão Tarifária Periódica – 3ª RTP da Sanepar

Com vistas a realização da 3ª RTP, prevista para conclusão em maio de 2025, a Agepar realizou ações, destacadas abaixo:

Em 19/03/2024, a Agepar publicou a resolução nº 17 de 14 de março de 2024 que aprovou a Metodologia de Avaliação da Base de Remuneração Regulatória – BRR do serviço de saneamento básico (água e esgoto).

Em 26/04/2024, a Agepar publicou a resolução nº 20 de 26 de abril de 2024 que aprovou o cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica – RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13/06/2024 na reunião n.º 16/2024 – Extraordinária, a Agepar autorizou abertura de Consulta Pública como procedimento de participação social destinado a obter contribuições, sugestões, propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, a respeito do “Manual de Revisão Tarifária Periódica de Saneamento Básico dos serviços de água e esgoto”.

Em 17/06/2024, a Agepar publicou a resolução nº 29 de 13 de junho de 2024, que aprovou o Plano de Fiscalização da Base de Remuneração Regulatória (BRR) do serviço de saneamento básico de água e esgoto.

Em 12/09/2024, a Agepar publicou a resolução nº 38 de 11 de setembro de 2024, a qual aprova a versão final do Manual de Revisão Tarifária dos serviços de saneamento básico de água e esgoto – Nota Técnica Agepar n.º 7/2024-CSB/DRE.

Em 27/11/2024, a Agepar publicou a resolução nº 45 de 21 de novembro de 2024, em que altera o Anexo Único da Resolução AGEPAR n.º 20/2024 – Cronograma para a 3ª Revisão Tarifária Periódica – RTP dos serviços de saneamento básico de água e esgoto.

Em 13/12/2024, a Agepar, em sua 34ª Reunião Extraordinária, deliberou pela abertura de Consulta Pública, em 18/12/2024, pelo prazo de 30 dias, para recebimento de contribuições a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar.

Em 18/12/2024, a Agepar submeteu à Consulta Pública nº 11/2024, a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto (resultados parciais referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas).

Em 27/01/2025, a Agepar tornou público o Relatório Circunstanciado da Consulta Pública nº 11/2024, incluindo as contribuições enviadas pela Companhia a respeito da aplicação das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto, referentes aos temas Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis e Outras Receitas.

Em 30/01/2025, o Conselho de Administração, em sua 3ª/2025 Reunião Extraordinária, autorizou o encaminhamento à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar) do levantamento da Base de Remuneração Regulatória (BRR), data-base 31/12/2024 (com ativos imobilizados até 31/12/2023), referente à 3ª Revisão Tarifária Periódica – RTP.

A referida Base de Remuneração Regulatória se encontra em fase de fiscalização pela Agepar, com vistas a realização da 3ª Revisão Tarifária Periódica, podendo sofrer alterações em função da análise da Agência.

Em 25/02/2025, a Agepar tornou pública a análise das contribuições recebidas na Consulta Pública nº 11/2024, submetida em 18 de dezembro de 2024.

Em 27/02/2025, a Agepar publicou a Nota Técnica DRE/CSB nº 003/2025, referente à aplicação preliminar das metodologias de cálculo tarifário para a 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) dos serviços de água e esgoto prestados pela Sanepar, a qual torna público os resultados preliminares dos componentes do modelo econômico-financeiro, incluindo as definições preliminares para Perdas de Água Tratada, Receitas Irrecuperáveis, Outras Receitas, Custo Médio Ponderado do

Capital (WACC), Custos Operacionais Eficientes (OPEX), Fator-X, Projeções de Mercado, Avaliação dos Investimentos Projetados, Anuidade Regulatória, Capital de Giro, Base de Remuneração Regulatória, Receita Verificada e Ajustes Compensatórios.

Em 15/04/2025 Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná (Agepar), em sua 6ª/2025 Reunião Ordinária, aprovou a tarifa básica média da 3ª Revisão Tarifária Periódica (3ª RTP) para o ciclo tarifário 2025 a 2028, estabelecida em R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) de água tratada fornecida e esgoto coletado e tratado nos serviços de saneamento básico prestados pela Sanepar, o que representa um índice de correção de 3,7753%, a ser aplicado de forma linear em toda a estrutura tarifária da Sanepar atualmente vigente.

A Nota Técnica e a Planilha do Modelo Econômico-Financeiro da 3ª RTP podem ser acessadas pelo endereço:

<https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas>

Tarifa Social

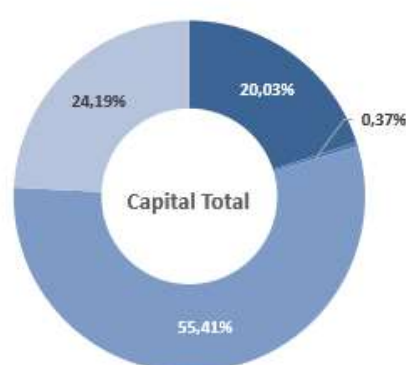
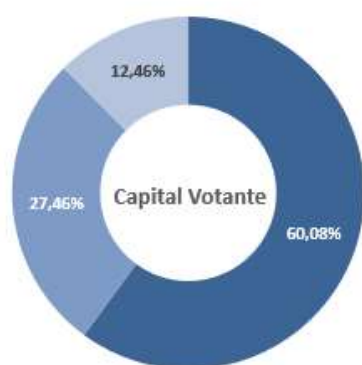
Em 03/12/2024, a Agepar, em sua 32ª Reunião Ordinária, deliberou pela abertura de Consulta Pública para recebimento de contribuições, a respeito da atualização da estrutura tarifária dos serviços de saneamento de água e esgoto prestados pela Sanepar em observância à Lei Federal nº 14.898/2024, que instituiu diretrizes para a Tarifa Social de Água e Esgoto em âmbito nacional.

Em 09/12/2024, a Agepar submeteu à Consulta Pública nº 10/2024, a respeito da Implementação da Tarifa Social de Água e Esgoto instituída pela Lei Federal nº 14.898/2024 e, em 21/01/2025, tornou público o Relatório Circunstanciado da consulta realizada.

4. MERCADO DE CAPITAIS

4.1 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DO CAPITAL em 31/03/2025

ACIONISTAS	Nº de Ações			Capital Social - R\$ mil			% de participação	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Cap. Votante	Cap. Total
Estado do Paraná	302.653.775	3	302.653.778	1.201.638	0	1.201.638	60,08%	20,03%
Municípios (70)	-	5.561.963	5.561.963		22.083	22.083		0,37%
Acionistas Nacionais (555.063)	138.302.404	698.900.218	837.202.622	549.108	2.774.872	3.323.979	27,46%	55,41%
Acionistas Estrangeiros (291)	62.779.080	303.008.076	365.787.156	249.254	1.203.045	1.452.299	12,46%	24,19%
TOTAIS	503.735.259	1.007.470.260	1.511.205.519	2.000.000	4.000.000	6.000.000	100,00%	100,00%

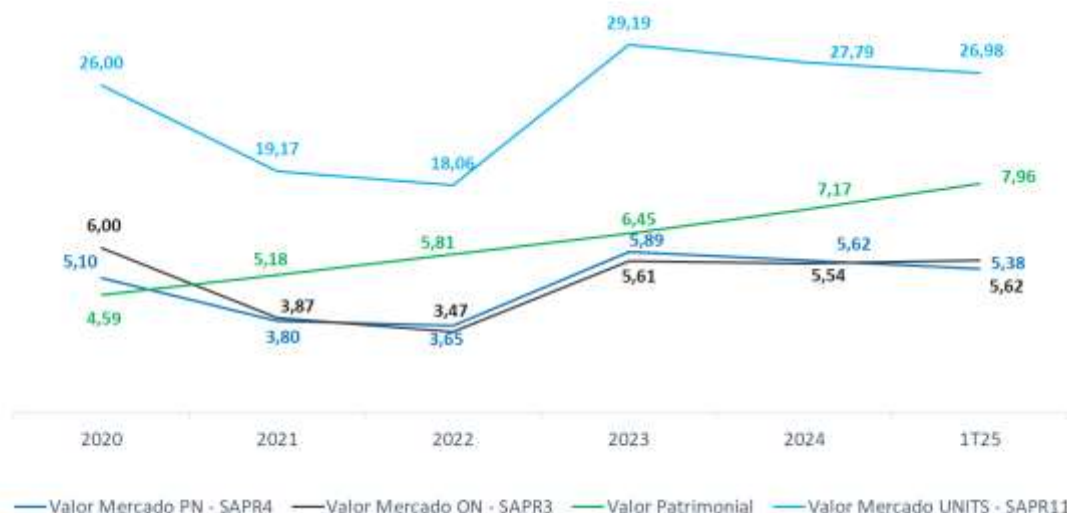


■ Estado do Paraná ■ Municípios
■ Acionistas Nacionais ■ Acionistas Estrangeiros

4.2 VALORES MOBILIÁRIOS

Valores Mobiliários	Ticker	Valor de fechamento 1T24	Valor de fechamento 1T25	Variação entre 1T24 e 1T25
Ação Ordinária	SAPR3	R\$ 5,04	R\$ 5,62	11,51%
Ação Preferencial	SAPR4	R\$ 5,25	R\$ 5,38	2,48%
Units	SAPR11	R\$ 26,03	R\$ 26,98	3,65%

Comparativo entre o valor patrimonial e de mercado (em Reais)



O valor patrimonial de cada ação ao final do 1T25 era de R\$ 7,96, comparado com o valor de R\$ 7,17 no encerramento do 4T24. O valor de mercado da Companhia em 31/03/2025 é de, aproximadamente, R\$ 8,2 bilhões.

4.3 PAYOUT

De acordo com o Estatuto Social, a parcela referente ao dividendo obrigatório não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, na forma do artigo 202, da Lei 6.404/76.

Conforme a atual Política de Dividendos, a Administração poderá, além do dividendo anual obrigatório, observada a saúde financeira e o interesse público que motivou a constituição da Companhia, aprovar a distribuição como dividendo adicional de até mais 25% do lucro líquido. Para os acionistas detentores de ações preferenciais, são atribuídos Juros sobre o Capital Próprio (ou dividendos) por ação 10% superior aos atribuídos às ações ordinárias.

A Sanepar efetua semestralmente, em junho e dezembro de cada exercício, crédito contábil a seus acionistas referente aos Juros sobre o Capital Próprio relativo ao resultado de cada semestre, para os acionistas com posição acionária na data definida pelo Conselho de Administração em junho e dezembro de cada exercício.

Negociações posteriores ao crédito são consideradas ex-dividendos (juros sobre o capital próprio e dividendos).

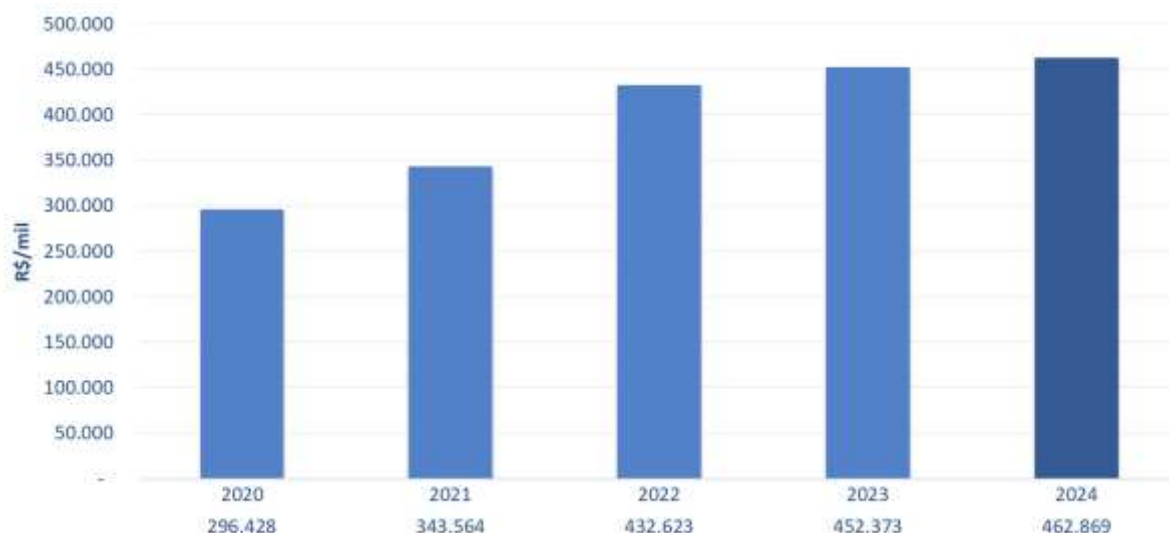
Os Juros sobre o Capital Próprio estão sujeitos à incidência de Imposto de Renda na Fonte, exceto para os acionistas que se declararem imunes ou isentos.

Para o primeiro semestre de 2024, o valor calculado (bruto) dos Juros sobre o Capital Próprio, observando o limite legal da variação da TJLP no período, foi de R\$ 224.019.722,22. Esse montante substitui os dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e com base nos resultados apurados no 1º semestre de 2024. O crédito de Juros sobre o Capital Próprio foi deliberado pelo Conselho de Administração em sua 6ª/2024 Reunião Ordinária de 20 de junho de 2024 e informado ao mercado no Aviso aos Acionistas de mesma data, considerando a posição acionária (data-com) de 28 de junho de 2024.

Para o segundo semestre de 2024, o valor calculado (bruto) dos Juros sobre o Capital Próprio, observando o limite legal da variação da TJLP no período, foi de R\$ 238.848.897,58. Esse montante substitui os dividendos obrigatórios, conforme previsão estatutária e com base nos resultados apurados no 2º semestre de 2024. O crédito de Juros sobre o Capital Próprio foi deliberado pelo Conselho de Administração em sua 12ª/2024 Reunião Ordinária de 19 de dezembro de 2024 e informado ao mercado no Aviso aos Acionistas de mesma data, considerando a posição acionária (data-com) de 30 de dezembro de 2024.

A disponibilização financeira dos respectivos valores ocorrerá em 26/06/2025 de acordo com o definido na 61ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 28 de abril de 2025.

Remuneração aos acionistas:



Pagamentos de Proventos: 2020 a 2024

Exercício	Período de Referência	Tipo de Remuneração	Valor Bruto Distribuído (R\$)	Valor por ação ON (R\$) SAPR3	Valor por ação PN (R\$) SAPR4	Valor por Unit (R\$) SAPR11	Data do direito	Data do Pagamento
2024	1S24	JCP	224.019.722,22	0,138974142	0,152871556	0,750460368	28/06/2024	26/06/2025*
	2S24	JCP	238.848.897,58	0,148173653	0,162991019	0,800137728	30/12/2024	26/06/2025*
Total Distribuído - Exercício de 2024			462.868.619,80					
Payout (em relação ao Lucro Líquido Ajustado)			31,5%					
(*) data prevista								
2023	1S23	JCP	268.850.259,28	0,166785468	0,183464015	0,900641526	30/06/2023	27/06/2024
	2S23	JCP	183.522.372,75	0,113850977	0,125236075	0,614795278	28/12/2023	27/06/2024
Total Distribuído - Exercício de 2023			452.372.632,03					
Payout (em relação ao Lucro Líquido Ajustado)			31,7%					
2022	1S22	JCP	154.206.243,29	0,095664257	0,105230683	0,516586990	30/06/2022	27/06/2023
	2S22	JCP	278.416.914,89	0,172720292	0,189992322	0,932689579	29/12/2022	27/06/2023
Total Distribuído - Exercício de 2022			432.623.158,18					
Payout (em relação ao Lucro Líquido Ajustado)			39,6%					
2021	1S21	JCP	151.083.814,93	0,093727210	0,103099931	0,506126935	30/06/2021	24/06/2022
	2S21	JCP	174.779.663,05	0,108427301	0,119270031	0,585507423	30/12/2021	24/06/2022
	2021	DIVIDENDOS	17.700.964,58	0,010981071	0,012079178	0,059297781	28/04/2022	24/06/2022
Total Distribuído - Exercício de 2021			343.564.442,56					
Payout (em relação ao Lucro Líquido Ajustado)			30,7%					
2020	1S20	JCP	150.687.449,07	0,093481318	0,102829450	0,504799119	30/06/2020	18/06/2021
	2S20	JCP	145.740.318,85	0,090412289	0,099453518	0,488226359	30/12/2020	18/06/2021
Total Distribuído - Exercício de 2020			296.427.767,92					
Payout (em relação ao Lucro Líquido Ajustado)			31,4%					

5. OUTRAS INFORMAÇÕES

5.1 AGENDA ASG – AMBIENTAL, SOCIAL E GOVERNANÇA

O compromisso ASG da Companhia, declarado em seu propósito: “Levar saúde à população de forma sustentável” guia os esforços para geração de valor às suas diversas Partes Interessadas. Em março de 2025, foi publicado pelo Instituto Trata Brasil, estudo que relaciona saneamento e saúde, neste trabalho, fica evidente a contribuição dos investimentos em Saneamento realizados pela Sanepar ao longo de 16 anos (2008-2024), para a melhoria dos indicadores de saúde do Estado do Paraná.

Também nos primeiros meses de 2025, a plataforma internacional para reporte de informações ambientais – CDP – divulgou o score 2025 de seus respondentes. Os questionários para definição do score 2025 reúnem respostas relativas a desempenho ambiental de 2024. A metodologia de cálculo do score CDP foi significativamente reformulada, seguindo a evolução e padronização mundial das regras dos reportes de sustentabilidade. Este ano a Sanepar obteve C para Mudanças Climáticas e B para Segurança Hídrica.

Entrou em vigor, em 02 de maio de 2025, a nova carteira do ISE B3 com as empresas que cumpriram os requisitos do índice e, por mais um ciclo, as Units da Sanepar (SAPR11) continuam a fazer parte da carteira teórica do ISE B3, consolidando a atuação da Companhia sob os aspectos ASG estabelecidos pela B3.

5.2 PRECATÓRIO A RECEBER

A Companhia obteve êxito na ação declaratória sob nº 1074228-74.2022.4.01.3400 em que foi reconhecida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região a inexistência de relação jurídico tributária entre a Sanepar e a União, em razão da Companhia ser beneficiária da imunidade tributária recíproca prevista no art. 150, VI, “a”, da CRFB/88, restrito ao recolhimento do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ (repetição de indébito), abrangendo o período de maio de 1996 a outubro de 2022.

Até o encerramento das Demonstrações Contábeis do exercício de 2024, a Administração da Companhia divulgou em Notas Explicativas um “Ativo Contingente”, porém, com a inclusão do precatório da ação do IRPJ no orçamento da União o Ativo Contingente passou a ser um evento praticamente certo de entrada de benefícios econômicos futuros para a Companhia, fato que enseja o reconhecimento do Ativo (direito a receber) e o correspondente registro nas Demonstrações Contábeis.

No 1T25, com a publicação da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2025, Lei nº 15.121/2025 de 10 de abril de 2025, incluindo o precatório inscrito sob nº 1189180920244019198, a Companhia reconheceu o direito a receber no Ativo Não Circulante.

O montante de R\$3.979.261 (valor de face), inscrito como precatório, foi calculado a valor justo, utilizando os seguintes critérios: i) atualização pelo IPCA-E de março/24 até março/25; ii) projeção de atualização pelo IPCA-E até dezembro/25 (período de graça constitucional); iii) projeção de atualização pela SELIC de janeiro/26 até dezembro/26; e iv) Ajuste a Valor Presente para março/25

utilizando a SELIC como taxa de desconto, resultando no valor de R\$3.954.194, o qual foi registrado no Ativo Não Circulante, considerando a expectativa de recebimento do precatório até o final do Exercício Subsequente.

Apresentamos a seguir o detalhamento dos registros contábeis:

Descrição	31/03/2025
Valor do Principal (Outras Receitas Operacionais)	2.055.758
Valor da Atualização pela SELIC (Receitas Financeiras)	1.923.503
Valor da Atualização pelo IPCA-E (Receitas Financeiras)	224.281
(-) Ajuste a Valor Justo (Despesas Financeiras)	(249.348)
Totais	3.954.194

Conforme informado na Nota Explicativa 21 – Passivo Regulatório, a Companhia reconheceu complementarmente uma obrigação para tratar os reflexos regulatórios referente ao compartilhamento na tarifa dos benefícios econômicos originários do precatório.

Demonstração do Resultado	1T25	1T24	1T23
Receita Operacional Líquida	1.805,2	1.698,0	1.454,0
Custos dos Serviços Prestados	-841,5	-685,8	-588,6
Lucro Bruto	963,7	1.012,2	865,4
Despesas/Receitas Operacionais	0,9	-371,4	-317,8
Comerciais	-225,4	-118,8	-26,0
Administrativas	-529,3	-241,4	-186,6
Receita Precatórios - Ação Judicial IRPJ	2.055,8	-	-
Outras Receitas Operacionais	2,7	-	-
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	161,1	31,5	-63,4
Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	-14,1	-12,5	-11,4
Provisão Passivo Regulatório	-1.354,8	-	-
Programa de Participação nos Resultados	-92,4	-29,0	-24,5
Outras Despesas Operacionais	-2,7	-1,2	-5,5
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-0,4
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	964,6	640,8	547,6
Resultado Financeiro	184,8	-74,5	-70,5
Receitas Financeiras	2.165,7	82,7	68,4
Despesas Financeiras	-1.980,9	-157,2	-138,9
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.149,4	566,3	477,1
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	58,6	-186,9	-157,5
Lucro Líquido do Período	1.208,0	379,4	319,6

Balço Patrimonial - Ativo	MAR/25	DEZ/24	DEZ/23
Ativo Circulante			
Caixas e Equivalente de Caixa	1.848,6	1.800,8	1.285,2
Contas a Receber de Clientes	1.229,5	1.250,8	1.260,2
Estoques	74,2	73,2	69,3
Tributos a Recuperar	100,7	26,3	14,6
Depósitos Vinculados	85,8	96,6	61,7
Instrumentos Financeiros Derivativos	11,1	22,4	62,8
Outras Contas a Receber	33,5	26,1	22,9
Total do Circulante	3.383,4	3.296,2	2.776,7
Ativo Não Circulante			
Contas a Receber de Clientes	154,1	161,1	271,5
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	925,0	787,1	828,5
Depósitos Vinculados	127,8	135,0	90,0
Depósitos Judiciais	285,1	436,0	586,9
Ativos Financeiros Contratuais	868,0	850,6	708,2
Ativos de Contratos	3.044,9	2.777,9	2.761,0
Precatórios a Receber	3.954,2	-	-
Outras Contas a Receber	122,4	123,8	57,0
Investimentos	2,3	2,2	2,3
Imobilizado	348,8	348,6	378,1
Intangível	11.661,8	11.589,5	10.343,7
Total do Não Circulante	21.494,4	17.211,8	16.027,2
Ativo Total	24.877,8	20.508,0	18.803,9

Balanço Patrimonial - Passivo	MAR/25	DEZ/24	DEZ/23
Passivo Circulante			
Obrigações Trabalhistas	420,9	166,8	171,1
Fornecedores	320,1	331,7	354,9
Obrigações Fiscais	168,1	111,7	100,1
Empréstimos e Financiamentos	712,4	584,6	671,1
Dividendos e JCP a Pagar	318,1	318,1	308,8
Cauções e Retenções Contratuais	2,4	2,4	2,4
Receitas a Apropriar	3,6	3,6	3,6
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	62,3
Outras Contas a Pagar	134,4	133,5	107,5
Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	77,0	76,1	73,6
Provisões Trabalhistas	144,6	121,9	114,7
Total do Circulante	2.301,6	1.850,4	1.970,1
Passivo Não Circulante			
Fornecedores	123,4	4,7	-
Empréstimos e Financiamentos	5.896,8	6.046,7	5.106,6
Receitas a Apropriar	3,3	4,2	7,7
Passivo Regulatório	2.890,7	-	-
Outras Contas a Pagar	88,2	88,3	85,8
Provisões para Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	1.078,5	1.065,3	1.030,9
Provisões	458,6	619,7	858,6
Total do Não Circulante	10.539,5	7.828,9	7.089,6
Total do Passivo	12.841,1	9.679,3	9.059,7
Patrimônio Líquido			
Capital Social	5.996,1	5.996,1	5.996,1
Reserva de Reavaliação	45,1	46,1	50,2
Reservas de Lucros	4.594,7	4.594,7	3.507,4
Lucros Acumulados	1.209,0	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	4,0	4,0	4,2
Outros Resultados Abrangentes	187,8	187,8	186,3
Total do Patrimônio Líquido	12.036,7	10.828,7	9.744,2
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	24.877,8	20.508,0	18.803,9

Demonstração do Fluxo de Caixa	1T25	1T24	1T23
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Período	1.208,0	379,4	319,6
Ajustes para conciliar o lucro líquido e o caixa líquido			
Depreciações e Amortizações	151,3	133,4	116,3
Custos das Baixas no Imobilizado e Intangível	3,6	1,4	2,0
Ajuste ao Valor Recuperável de Ativos	-2,5	-0,3	-0,6
Ajuste a Valor Presente - Ativos Financeiros	-9,2	-8,0	-7,0
Provisão para Perdas na Realização de Créditos	82,6	29,9	-45,4
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, Líquidos	-137,9	-6,1	-40,9
Provisões Cíveis, Trabalhistas, Tributárias e Ambientais	-161,1	-31,5	63,4
Plano de Aposentadoria e Assistência Médica	14,1	12,5	11,4
Juros sobre Financiamentos	128,1	118,1	97,9
Variações Monetárias sobre Financiamentos	47,3	33,6	41,2
Juros e Atualizações Monetárias sobre Arrendamentos	12,1	11,4	10,6
Juros e Atualizações Monetárias sobre PPP	0,2	-	-
Variações Cambiais, Líquidas	-7,8	0,5	-0,1
Variações de Instrumentos Financeiros Derivativos	11,4	0,7	0,6
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	0,4
Apropriação de Custos na Captação de Recursos de Terceiros	1,6	1,6	1,8
Ajuste a Valor Justo - Investimentos	-0,1	0,1	-
Ajuste a Valor Justo - Precatórios a Receber	249,3	-	-
	1.591,0	676,7	571,2
Variações nos Ativos e Passivos			
Contas a Receber de Clientes	-54,3	-32,4	-71,9
Impostos e Contribuições a Recuperar	-74,3	-0,3	-1,2
Estoques	-1,0	5,1	5,5
Depósitos Judiciais	150,9	3,2	-18,1
Precatórios a Receber	-4.203,5	-	-
Outros Créditos e Contas a Receber	-5,9	-61,2	-3,4
Fornecedores	107,0	-22,4	-60,8
Impostos e Contribuições	168,8	142,8	140,7
Salários e Encargos a Pagar	276,7	31,9	25,8
Cauções e Retenções Contratuais	-	-	0,1
Receitas a Apropriar	-0,9	-0,9	-0,9
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-112,4	-119,7	-121,3
Passivo Regulatório	2.890,7	-	-
Outras Contas a Pagar	0,8	12,4	15,7
	-857,4	-41,5	-89,8
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	733,6	635,2	481,4
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aplicação no Imobilizado e Intangível	-485,1	-424,6	-402,7
Aplicação em Investimentos	-	-	-0,4
Caixa Gerado pelas Atividades de Investimentos	-485,1	-424,6	-403,1
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Financiamentos Obtidos	106,1	664,5	132,0
Amortizações de Financiamentos	-133,9	-66,3	-59,6
Pagamentos de Juros sobre Financiamentos	-152,9	-111,0	-107,8
Pagamentos de Arrendamentos	-34,1	-29,9	-23,2
Pagamentos de PPP	-3,8	-	-
Custo na Captação de Recursos de Terceiros	-	-4,9	-
Depósitos Vinculados	17,9	-34,9	-14,9
Caixa Gerado pelas Atividades de Financiamentos	-200,7	417,5	-73,5
Variação no Saldo de Caixa e Equivalentes	47,8	628,1	4,8
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.800,8	1.285,2	1.207,9
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.848,6	1.913,3	1.212,7

Videoconferência de Resultados | 1T25

Sexta-feira, 09 de maio de 2025 | 09h00

Acesso ao Webcast em ri.sanepar.com.br

Relações com Investidores

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Abel Demetrio

Gerente de Relações com Investidores

Ricardo Garcia Gonçalves

Equipe de Relações com Investidores

Gislaine Norato Silva Nogueira

Jamile Gema de Oliveira

Marcos Aurélio Gaiovicz



Earnings Release

1Q25

05/08/2025

ri.sanepar.com.br

This is a free translation for informative purposes only, without any legal validity. The original text in Portuguese is the only legal version and must be consulted in order to elucidate any doubts or conflicts.

Curitiba, May 08, 2025.

Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR (SAPR3 – Common Share; SAPR4 – Preferred Share; SAPR11 – Units) presents the financial and operating results for the 4th quarter of 2024 (4Q24). The economic information was prepared in compliance with the accounting practices adopted in Brazil, which cover Brazilian corporate law, pronouncements, guidelines, and interpretations issued by the Accounting Pronouncements Committee (*Comitê de Pronunciamentos Contábeis* - CPC) and based on the accounting standards and procedures set by the Brazilian Securities and Exchange Commission (*Comissão de Valores Mobiliários* - CVM). Also, it follows the International Financial Reporting Standards (IFRS) issued by the International Accounting Standards Board (IASB).

HIGHLIGHTS 1Q25

EBITDA Margin		Net Profit (MM)			
1Q24: 45.6%	→	1Q25: 61.8%	1Q24: BRL 379.4	→	1Q25: BRL 1,208.0 + 218,4%
Number of Economic Units		Net Debt/ EBITDA			
Water	+ 1.2%	1.5x			
Sewage	+ 2.8%				
Net Revenue		CAPEX (MM)			
1Q25: +6.3%		1Q24: BRL 424.6	→	1Q25: BRL 486.7	+ 14.6%
	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. (1/2)	1Q23 (3)	Var. (2/3)
Net Revenue	1,805.2	1,698.0	6.3 %	1,454.0	16.8 %
Operating Income	964.6	640.8	50.5 %	547.6	17.0 %
EBITDA	1,115.9	774.2	44.1 %	663.9	16.6 %
Net Profit	1,208.0	379.4	218.4 %	319.6	18.7 %
ROE	20.8	15.7	5.1 p.p.	13.2	2.5 p.p.
ROIC	14.3	12.5	1.8 p.p.	10.7	1.8 p.p.
Net Debt	4,760.6	4,482.2	6.2 %	3,966.2	13.0 %
Gross Margin	49.6	55.3	-5.7 p.p.	55.2	0.1 p.p.
Operating Margin	59.1	30.9	28.2 p.p.	30.4	0.5 p.p.
Net Margin	66.9	22.3	44.6 p.p.	22.0	0.3 p.p.
EBITDA Margin	61.8	45.6	16.2 p.p.	45.7	-0.1 p.p.
Equity Debt	51.6	48.9	2.7 p.p.	46.9	2.0 p.p.
Net Debt / EBITDA	1.5	1.5	0.0 p.p.	1.7	-0.2 p.p.

1. OPERATING DATA

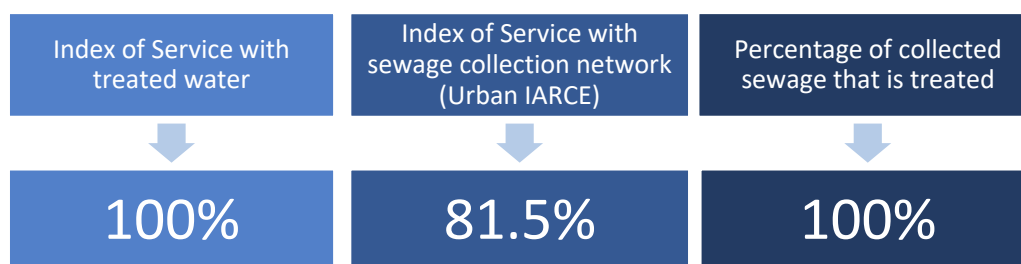
1.1 MARKET

Agreements as a % of the Company's Total Revenue, as of March 31, 2025:

Agreements (% of Total Revenue)				Coverage ratio		Total active economic units (in thousands)	
Municipalities	Total revenue %	Remaining period of concession	Type of concession	Water	Sewage	Water	Sewage
Curitiba	21.1%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	99.3%	849.1	839.7
Londrina	7.0%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	99.3%	258.9	259.4
Maringá	5.3%	15.4 yr.	Water & Sewage	100%	100.0%	176.0	198.0
Cascavel	3.9%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	100.0%	138.8	153.4
Foz do Iguaçu	3.7%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	83.8%	125.4	105.6
Ponta Grossa	3.1%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	92.6%	166.5	153.3
São José dos Pinhais	2.8%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	89.5%	123.7	109.0
Colombo	1.8%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	77.4%	89.1	68.7
Guarapuava	1.7%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	88.8%	73.6	63.8
Toledo	1.6%	23.2 yr.	Water & Sewage	100%	92.9%	66.4	60.5
Other municipalities	48.0%					2,270.2	1,492.2
Total				100.0%	81.5%	4,337.7	3,503.6

The Company, through 346 municipal concessions, provides water treatment and distribution and sewage collection and treatment services. As established by the 6th/2023 and the 7th/2023 Extraordinary General Assemblies of the Water and Sewage Microregions of the State of Paraná (MRAE-1, MRAE-2 and MRAE-3), the concession terms of 343 municipalities were standardized with due date in 06/05/2048, with the exception of the municipalities of: (i) Porto União (SC), due on 03/31/2048; (ii) Maringá, due on 08/27/2040, which is under legal discussion; and (iii) Andirá, which matures on 12/05/2032 (not operated by the Company).

Service: Water and Sewage



Water Connections

Number of Water Connections*	MAR/25 (1)	%	MAR/24 (2)	%	Var. % (1/2)
Residential	3,169,725	90.7	3,138,011	90.8	1.0
Commercial	258,045	7.4	251,716	7.3	2.5
Industrial	13,756	0.4	13,741	0.4	0.1
Public Utility	24,947	0.7	24,786	0.7	0.6
Public Administration	28,213	0.8	27,689	0.8	1.9
Total	3,494,686	100.0	3,455,943	100.0	1.1

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Water Connections			
MAR/24	MAR/25		
3,455,943	3,494,686	+ 38,743 water connections	+ 1.1% MAR/24 x MAR/25

Sewage Connections

Number of Sewage Connections*	MAR/25 (1)	%	MAR/24 (2)	%	Var.% (1/2)
Residential	2,347,275	90.4	2,287,269	90.4	2.6
Commercial	209,561	8.1	202,518	8.0	3.5
Industrial	6,609	0.2	6,434	0.3	2.7
Public Utility	17,014	0.7	16,663	0.7	2.1
Public Administration	16,448	0.6	15,884	0.6	3.6
Total	2,596,907	100.0	2,528,768	100.0	2.7

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Sewage Connections			
MAR/24	MAR/25		
2,528,768	2,596,907	+ 68,139 sewage connections	+ 2.7% MAR/24 x MAR/25

1.2. OPERATING PERFORMANCE

Evolution of Measured Volume of Water

Measured Water Volume - million m ³ *	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Residential	126.3	122.5	3.1
Commercial	11.6	11.2	3.6
Industrial	3.2	2.9	10.3
Public Utility	1.5	1.4	7.1
Public Administration	5.2	4.9	6.1
Total	147.8	142.9	3.4

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Evolution of Invoiced Water Volume

Invoiced Water Volume - million m ³ *	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Residential	130.4	127.1	2.6
Commercial	12.6	12.2	3.3
Industrial	3.3	2.9	13.8
Public Utility	1.2	1.1	9.1
Public Administration	5.3	5.0	6.0
Total	152.8	148.3	3.0

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

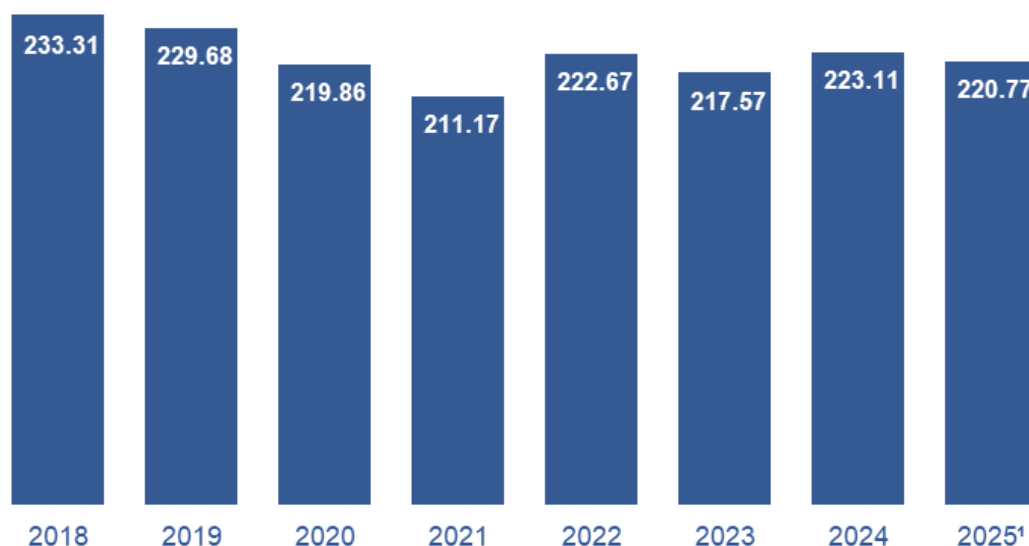
Evolution of Invoiced Sewage Volume

Invoiced Sewage Volume - million m ³ *	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Residential	104.5	100.1	4.4
Commercial	12.1	11.4	6.1
Industrial	1.1	0.9	22.2
Public Utility	1.0	1.0	0.0
Public Administration	4.2	3.9	7.7
Total	122.9	117.3	4.8

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Evolution of the Loss Per Connection Index*

Liters/Connection/Day



(1) Accumulated values for the last 12 months.

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

* As of the 2023 Fiscal Year, in line with the legal aspects of the Regulatory Framework for Sanitation and by determination of the Regulatory Agency of the State of Paraná (*Agência Reguladora do Estado do Paraná – AGEPAR*), which established the use as an indicator of the Loss Per Connection Index in the Brazilian Sanitation Information System (*Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico – SINISA*) standard, the Company amended the way of calculating and presenting this indicator. The Loss Per Connection Index calculated in the SINISA standard considers the volume of water losses defined as the difference between the produced volume, the balance between the exported and imported volume, and the micro-volume measured in the hydrometers, excluding the service volume (operating, recovered, and special), being presented on an accumulated basis for a period of 12 months.

Water and Sewage: General Data

Water*	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. (1/2)	1Q23 (3)	Var. % (2/3)
Units served by the distribution network	4,337,744	4,286,771	1.2 %	4,256,603	0.7 %
Number of treatment stations	168	168	0.0 %	168	0.0 %
Number of wells	1,217	1,192	2.1 %	1,187	0.4 %
Number of surface catchment	224	231	-3.0 %	233	-0.9 %
Km of laid network	62,725	61,671	1.7 %	60,330	2.2 %
Volume produced (m ³)	219,654,367	215,311,823	2.0 %	203,581,085	5.8 %
Billing losses%	30.43	31.13	-0.70 p.p.	32.49	-1.36 p.p.
Revenues delinquency rate %	2.85	2.03	0.82 p.p.	-4.72	6.75 p.p.

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Sewage*	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. (1/2)	1Q23 (3)	Var. % (2/3)
Units served by the collection network	3,503,605	3,409,186	2.8 %	3,319,013	2.7 %
Number of treatment stations	268	266	0.8 %	263	1.1 %
Km of laid network	43,660	42,357	3.1 %	41,075	3.1 %
Volume collected in m ³	118,103,202	112,362,213	5.1 %	101,973,929	10.2 %

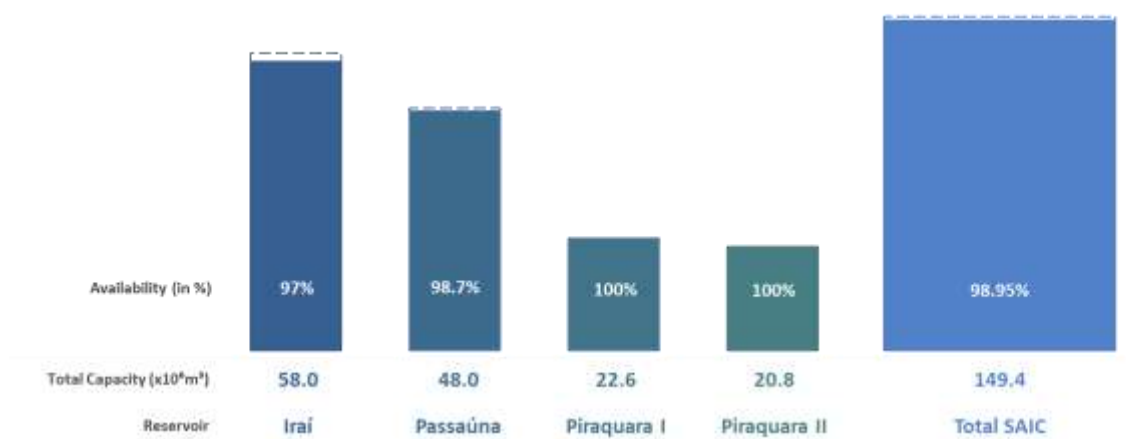
* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Available Volumes

The average volume available from the Curitiba Integrated Supply System (*Sistema de Abastecimento Integrado de Curitiba - SAIC*) is composed of the Piraquara I, Piraquara II, Iraí, and Passaúna Dams. In the Municipality of Foz do Iguaçu, Sanepar uses water from the Itaipu Binacional Hydroelectric Dam, from the Itaipu Lake, on the Paraná River.

As of March 31, 2025, the average reserve volume was at 99.0% (100.0% as of 12/31/2024).

SAIC Dam Levels on 03/31/2025*



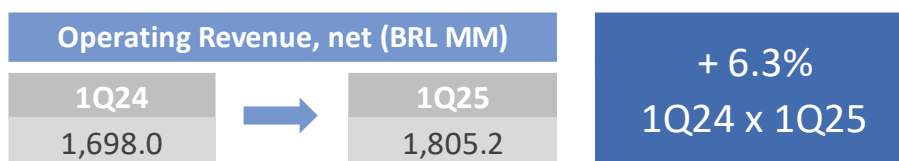
* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

2. FINANCIAL DATA

2.1 ECONOMIC PERFORMANCE

Operating Revenue

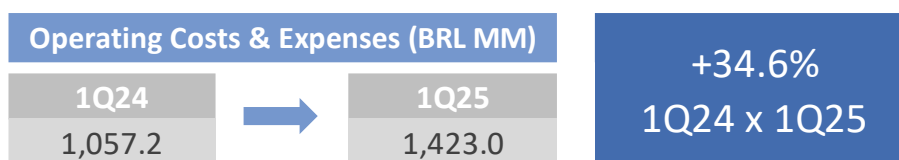
Operating revenue - In BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Revenues from water	1,155.1	1,095.7	5.4
Revenues from sewage	725.7	677.6	7.1
Revenues from services	36.7	34.0	7.9
Revenues from solid waste	4.1	3.9	5.1
Services provided to Municipalities	6.4	6.4	0.0
Donations made by clients	13.1	10.5	24.8
Other revenues	2.6	1.5	73.3
Total Operating Revenue	1,943.7	1,829.6	6.2
COFINS	-113.8	-108.3	5.1
PASEP	-24.7	-23.3	6.0
Total of Deductions	-138.5	-131.6	5.2
Total of Operating Revenue, net	1,805.2	1,698.0	6.3



Net operating revenue increase is mainly due to:

- (i) the tariff adjustment of 2.9577% as of May 17, 2024;
- (ii) the increase in invoiced volumes of water and sewage; and
- (iii) the increase in the number of connections.

Operating Costs and Expenses



Operating Costs & Expenses BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Personnel	-690.4	-383.5	80.0
Materials	-82.0	-76.4	7.3
Electricity	-106.8	-142.9	-25.3
Sewage Operation Services (PPPs)	-14.7	-6.0	145.0
Third-party services	-273.2	-231.9	17.8
Depreciation and amortization	-151.3	-133.4	13.4
Gains (Losses) in Realization of Credits	-82.6	-29.9	176.3
Municipal Sanitation and Environmental Funds	-34.9	-34.6	0.9
Regulatory fee	-9.6	-9.2	4.3
Encouraged Donations (IRPJ)	-2.2	0.0	-
Indemnifications for damages to third parties	-21.5	-0.8	2,587.5
Labour Indemnificationsto third parties	-3.8	0.0	-
Expenses capitalized	30.5	28.6	6.6
Provision for contingencies	161.1	31.5	411.4
Pension plan and health insurance	-14.1	-12.5	12.8
Profit sharing program	-92.4	-29.0	218.6
Assets sales revenue	2.6	0.2	1,200.0
Assets write-off, net	-1.2	-1.2	0.0
Other costs and expenses	-36.5	-26.2	39.3
Subtotal	-1,423.0	-1,057.2	34.6
Precatórios (Court-Ordered Government Payment Obligations) Revenue – IRPJ Lawsuit	2,055.8	0.0	-
Regulatory Liabilities Provision/Fees	-1,473.4	0.0	-
Total	-840.6	-1,057.2	-20.5

The main variations were due to:

Personnel

Growth of 80.0%, as a result of: (i) Salary adjustment of 4.87% (INPC - National Consumer Price Index) on labor charges and benefits regarding the Collective Bargaining Agreement (ACT) 2024/2026 (base date March 2025); (ii) Salary adjustment of 3.86% (INPC) on labor charges and benefits regarding the Collective Bargaining Agreement (ACT) 2024/2026 (base date March 2024) fully impacting 2025; (ii) Adjustment of 9.88% of SANESAÚDE in June 2024; (iii) Labor indemnities related to cases judged at BRL168.8 million (BRL68.9 million in the same period of 2024); (iv) provision for indemnity allowance totaling BRL17.1 million (BRL15.7 million in the same period of 2024). and (v) Provision for Voluntary Dismissal Plan (PDV) in the amount of BRL171.6 million. On the other hand, the number of employees decreased from 6,100 in 1Q24 to 5,977 in 1Q25.

Materials

Increase of 7.3%, related to expenses on system operating materials (increase of 82.6%), cleaning and hygiene materials, electromechanical maintenance materials, laboratory materials, and 2.3% with expenses on treatment materials, which represents 63.0% of the total materials items in the quarter.

Electric Energy

Reduction of 25.3%, mainly due to the migration of approximately 550 of the Company's operational consumer units to the Free Energy Market by 1Q25.

Sewage Operation Services – PPP

Growth of 145.0%, mainly due to the comparative effect, considering that the start of activities of the Public-Private Partnership (PPP) in the sewage system operation in 16 municipalities in the Central-Coastal Microregion of Paraná occurred in February 2024.

Third-Party Services

An increase of 17.8% was made, mainly in data processing services, registration and billing services, surveillance services, and network maintenance services.

Depreciation and Amortization

Increase of 13.4%, due to the beginning of operations of intangible and/or fixed assets, from April 2024 to March 2025, for BRL1,865.0 million (net of write-offs).

Losses from Credit Realization

An increase of 176.3% was caused by the rise in defaults, mainly among private customers. As of 1Q25, the Company began to make provisions, in addition to the provision already recorded, regarding the wagon effect of overdue accounts of customers who have installment balances.

Compensation for Damages to Third Parties

Growth of 2,587.5%, due to the recognition in the 1Q25 result of civil lawsuit write-offs for BRL21.5 million, mainly related to undue billing of customers, moral and material damages.

Provision for Contingencies

Reversal of provisions for BRL184.5 million due to partial and definitive write-offs (reversals and payments), change in probability of loss, or procedural filing of labor lawsuits: (i) BRL40.0 million refers to lawsuits filed by the Paraná Engineers Union (SENGE); (ii) BRL60.0 million refers to lawsuits for salary equalization; (iii) BRL84.5 million refers to the reclassification of contingent risk with a probability of loss from “probable” to “possible” and write-offs of labor lawsuits, offset by the supplementary provision and new labor lawsuits in the amount of BRL34.2 million, the objects of which arise mainly from: (i) additional allowances and overtime; (ii) lawsuits filed by the Paraná Engineers Union (SENGE) regarding salary differences under the Positions, Careers, and Compensation Plan (PCCR); (iii) Weekly Paid Rest (DSR); and (iv) salary parity.

Court-Ordered Government Payment Obligations (“Precatórios”) Revenue – IRPJ Lawsuit

Initial recognition of Court-Ordered Government Payment Obligations (“Precatórios”) Receivable registered in the Federal Budget (LOA 2025), reflecting the repetition of undue IRPJ tax payments from May 1996 to October 2022.

Regulatory Liabilities Provision/Fees

Regulatory Provision of value to be shared with the Company's customers, at the rate of 75% of the value of the gain from the IRPJ tax undue debt action (Court-Ordered Government Payment Obligations Receivable), according to the current sharing rule established by Agepar, and attorney's fees.

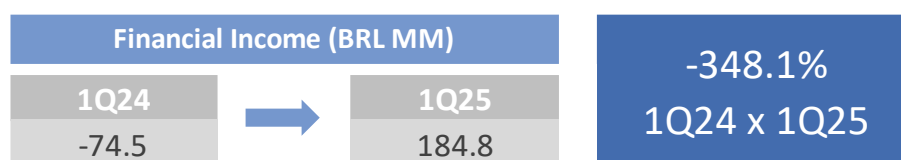
Profit Sharing Program - PPR

The PPR calculation basis increases due to the accounting recognition of court-ordered government payment obligations receivable.

2.2 ECONOMIC INDICATORS

Financial Income

Financial income (loss) - in BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Financial revenues			
Financial investments	61.7	48.9	26.2
Monetary variation gains	25.0	22.9	9.2
Exchange rate variation gains	12.3	0.0	-
Gain on Derivative Financial Instruments	2.9	0.0	-
Other financial revenues	20.4	10.9	87.2
Cofins and Pasep on Finance income	-104.4	0.0	-
Subtotal	17.9	82.7	-78.4
Interest accrued - registered warrants revenue	2,147.8	0.0	-
Total financial revenues	2,165.7	82.7	2,518.7
Financial expenses			
Interest and fees on loans, financing, debentures and PPP	-131.6	-122.4	7.5
Monetary variation losses	-45.1	-33.0	36.7
Exchange rate variation losses	-4.5	-0.5	800.0
Derivative losses	-14.3	-0.7	1,942.9
Other financial expenses	-0.2	-0.6	-66.7
Subtotal	-195.7	-157.2	24.5
Regulatory Liabilities Provision	-1,535.9	0.0	-
Fair value of registered warranties	-249.3	0.0	-
Total financial expenses	-1,980.9	-157.2	1,160.1
Financial income (loss)	184.8	-74.5	-348.1

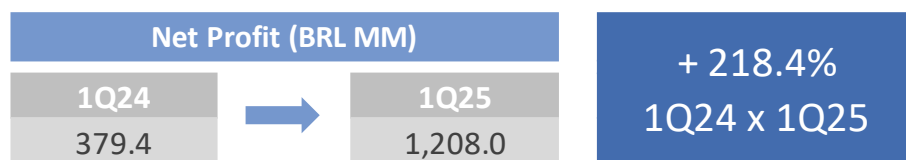


Financial Revenues grew 2,518.7%, from BRL82.7 million in 1Q24 to BRL2,165.7 million in 1Q25, mainly reflecting the amounts receivable related to court-ordered government payment obligations receivable.

Financial Expenses increased by 1,160.1%, from -BRL157.2 million in 1Q24 to -BRL1,980.9 million in 1Q25, mainly resulting from provisioned court-ordered government payment obligations related to the lawsuit filed by the Company with the Federal Government. This also results from increased calculation basis for financial charges due to raising third-party resources, expenses with passive monetary variations, and losses with derivative financial instruments.

Economic Income

Economic Result - BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Operating income	964.6	640.8	50.5
Financial income (loss)	184.8	-74.5	-348.1
Taxes on income	58.6	-186.9	-131.4
Net income for the period	1,208.0	379.4	218.4



The result was mainly impacted by the recognition of revenue related to the Court-Ordered Government Payment Obligations Receivable from the IRPJ Lawsuit, which totaled BRL845.0 million.

Non-recurrent items

Non-recurrent items - In BRL million *	1Q25	1Q24
Net Income	1,208.0	379.4
Court-Ordered Government Payment Obligations ("Precatórios") Revenue on IRPJ Lawsuit	-4,203.5	0.0
Regulatory Liabilities Provision/Fees	3,258.6	0.0
COFINS/PIS-PASEP on Court-Ordered Government Payment Obligations ("Precatórios")	99.9	0.0
Revenue on IRPJ Lawsuit	78.7	0.0
Profit sharing program	171.6	0.0
Voluntary Dismissal Plan (PDV)	32.3	0.0
Complimentary allowance for doubtful accounts - Bandwagon effect installments	-221.2	0.0
Tax Effects	424.4	379.4
Pro forma net income	424.4	379.4
% Net margin of non-recurrent items	23.5	22.3
Adjusted EBITDA of non-recurrent items	816.2	774.2
% Adjusted EBITDA margin of non-recurrent items	45.2	45.6

Distribution of Generated Economic Wealth

Distribution of Generated Economic Wealth - In BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Personnel remuneration	730.0	364.6	100.2
Government Compensation (taxes)	248.2	373.8	-33.6
Third-party compensation (rents)	2.4	2.2	9.1
Return on debt capital (interest and monetary variations)	1,980.9	157.2	1,160.1
Net income for the period (not distributed)	1,208.0	379.3	218.5
Total Economic Wealth	4,169.5	1,277.1	226.5

SANEPAR's growth and development strategy, to operate in a public services market, also open to private initiative, is based on the search for effective results, commitment to universalization, quality of services provided, and meeting the needs of the government and shareholders.

The following figures show the economic indicators the Company has been achieving to support investment programs, providing the appropriate and necessary conditions to achieve the universalization established under the sanitation legal framework.

Economic Indicators

Economic Indicators - in BRL million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Net operating revenue	1,805.2	1,698.0	6.3 %
Operating profit	964.6	640.8	50.5 %
Net Income	1,208.0	379.4	218.4 %
% Operating revenue*	59.1	30.9	28.2 p.p.
% Net margin*	66.9	22.3	44.6 p.p.
% Return on average shareholders' equity *	10.6	3.8	6.8 p.p.
Net debt / EBITDA (12 month accumulated) *	1.5	1.5	0.0 p.p.

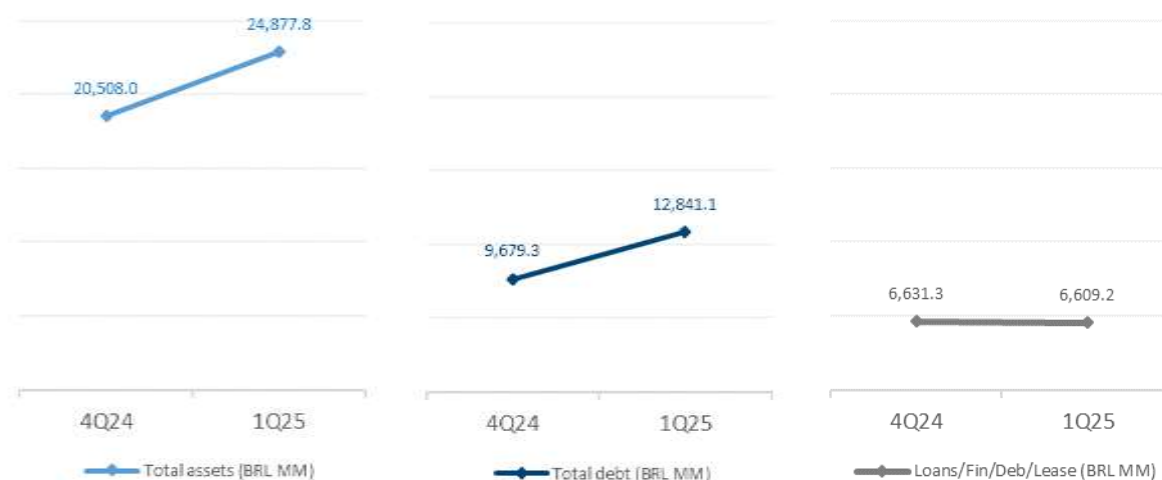
* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Evolution of Indicators

	Reference	MAR/25	DEC/24	Var.
Equity	BRL million	12,036.7	10,828.7	11.2 %
Share value *	BRL	7.96	7.17	11.0 %
Indebtedness level *	%	51.6	47.2	4.4 p.p.
Current ratio *	BRL	1.47	1.78	-17.4 %
Quick ratio *	BRL	1.44	1.74	-17.2 %

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

Evolution of Assets and Debts



EBITDA and Operating Cash Generation

EBITDA - BRL Million *	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Net income for the period	1,208.0	379.4	218.4
(+) Taxes on Income	-58.6	186.9	-131.4
(+) Financial income (loss)	-184.8	74.5	-348.1
(+) Depreciation and amortization	151.3	133.4	13.4
EBITDA	1,115.9	774.2	44.1
% EBITDA Margin	61.8	45.6	16,2 p.p.
% EBITDA conversion into cash	65.7	82.0	-16,3 p.p.

* Information not audited or not reviewed by independent auditors.

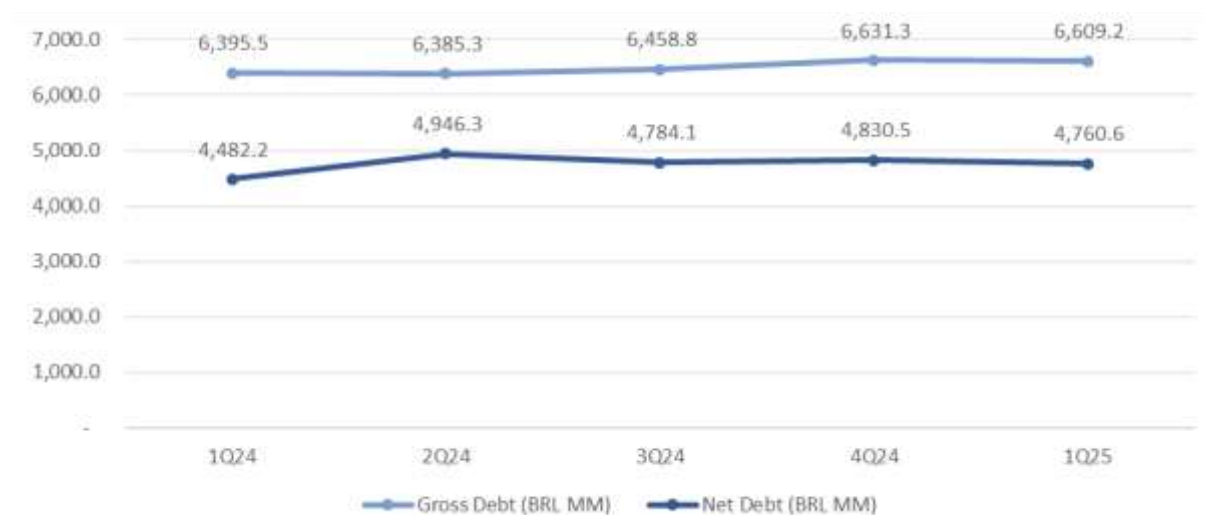
Operating cash generation in 1Q25 was BRL733.6 million, an increase of 15.5% compared to 1Q24. The Conversion of EBITDA into Operating Cash was 65.7%.

2.3 CAPEX

Capex – BRL Million	1Q25 (1)	1Q24 (2)	Var. % (1/2)
Water	157.8	161.0	-2.0
Sewage	296.7	224.0	32.5
Other investments	32.2	39.6	-18.7
Total	486.7	424.6	14.6

2.4 INDEBTEDNESS

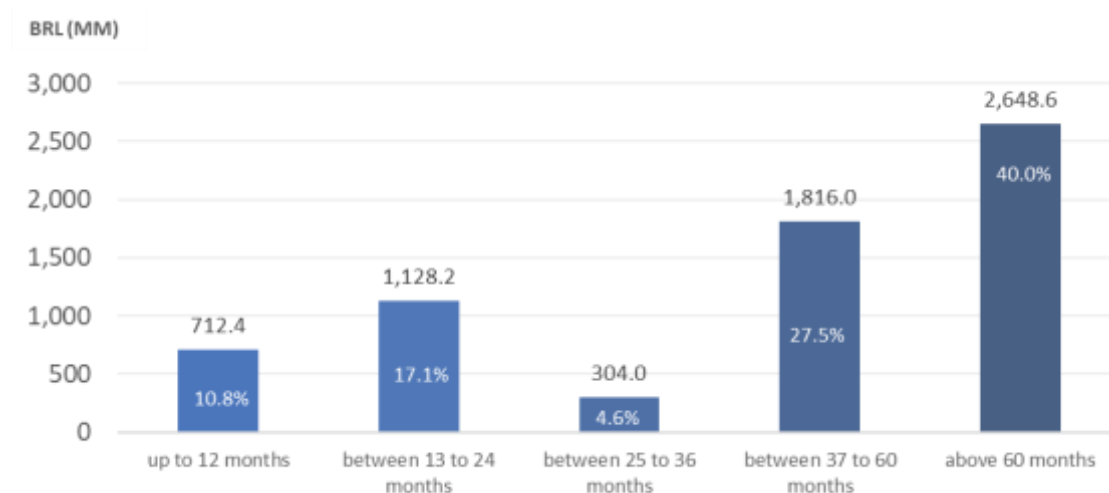
Quarterly Evolution of Gross Debt and Net Debt



Leverage Ratio (Net Debt/EBITDA - accumulated 12 months) and Level of Indebtedness

	1Q24	1Q25
Leverage Ratio	1.5x	1.5x
Indebtedness level	48.9%	51.6%

Debt breakdown by maturity



Breakdown of loans, financing, debentures, and leases on 03/31/2025:

Indebtedness - BRL million	Annual interest rate	Index	Contract term	Debt balance	%
Caixa Econômica Federal	6.62% a 12.00%	TR	2046-04-19	2,255.2	34.1
Debentures 14th Issue - single series	DI + 1.05%	-	2030-01-15	612.5	9.3
Debentures 10th Issue - single series	4.66%	IPCA	2027-03-15	473.0	7.2
Debentures 13th Issue - single series	DI + 1.90%	-	2028-04-15	423.3	6.4
Debentures 12th Issue – 2nd series	5.89%	IPCA	2032-01-15	352.6	5.3
Leasing Operations (Paraná Coast)	11.14%	IPC-FIPE	2036-12-07	309.4	4.7
Debentures 12th Issue – 1st series	DI + 1.08%	-	2027-01-15	306.0	4.6
BNDES - Avançar	3.59% e 5.60%	IPCA	2041-12-15	302.6	4.6
Debentures 11th Issue – 2nd series	4.25%	IPCA	2029-03-15	265.6	4.0
Debentures 11th Issue – 3rd series	4.49%	IPCA	2031-03-17	205.9	3.1
KFW Bank	1.35%	EURO	2032-12-30	203.7	3.1
BNDES - PAC2	TJLP +1.67% a 2.05%	-	2029-07-15	182.8	2.8
Leasing - Right of Use	12.29%	-	2029-06-30	169.5	2.6
Debentures 9th Issue – 2nd series	107.25% do DI	-	2026-06-11	156.6	2.4
Debentures 7th Issue – 2nd series*	4.79%	IPCA	2038-11-15	84.2	1.3
Debentures 11th Issue – 1st series	DI + 1.65%	-	2026-03-16	65.0	1.0
Debentures 4th Issue – 1st series	TJLP + 1.67%	-	2027-07-15	57.6	0.9
Debentures 7th Issue – 4th series	6.57%	IPCA	2038-11-15	49.7	0.7
Debentures 4th Issue – 2nd series	7.44%	IPCA	2027-07-15	42.2	0.6
Debentures 7th Issue – 1st series*	5.20%	IPCA	2038-11-15	36.6	0.5
BNDES - FINAME	7.18%	IPCA	2034-11-15	33.0	0.5
Debentures 7th Issue – 3rd series	6.97%	IPCA	2038-11-15	21.7	0.3
PPPs	7.48%	IPCA	2048-03-26	0.5	-
Total				6,609.2	100.0

* IPCA as a variable component of the TLP (Long-Term Rate)

3. REGULATIONS

2nd Periodic Tariff Review - Sanepar 2nd RTP

On October 21, 2020, at the 21st Extraordinary Meeting of the Board of Directors of the Regulatory Agency for Delegated Public Services of Paraná (*Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná* - AGEPAR), the establishment of the 2nd Periodic Tariff Review (RTP) of Sanepar was approved, with guidelines for it to take place in two stages, the first in 2021 and the second stage in 2022.

The first stage of the 2nd RTP was consolidated into nine technical notes, which were based on the methodology applied in the first tariff cycle. In accordance with the provisions of State Complementary Law No. 222/2020, the technical notes were submitted to public consultations from January 4 to February 17, 2021, and a public hearing on March 31, 2021.

On April 14, 2021, AGEPAR's Board of Directors, at Extraordinary Meeting No. 012/2021, submitted the final result of the 1st stage of the 2nd RTP, when it decided to approve the tariff repositioning of 5.7701%, with an annual application of the X Factor of 0.98% on the B portion of the tariff.

Through Resolution No. 007 of March 29, 2022, Agepar published the schedule for the 2nd stage of the 2nd RTP that resulted in the preparation of eighteen technical notes, which, in line with the provisions of State Complementary Law No. 222/2020, were submitted to four public consultations, held between June 2022 and March 2023, and to a public hearing, in which the result of the P0 corresponding to the 2nd tariff cycle of Sanepar was presented on April 18, 2023.

On April 20, 2023, AGEPAR's Board of Directors approved the adjustment index of 8.2327%, which included the final calculation of the tariff repositioning referring to the 2nd RTP, the annual tariff adjustments (IRTs) of 2022 and 2023, indexed to the IPCA, and the X Factor of 0.08%, applied on the total tariff resulting from the P0 (except the financial installments), with the new tariff effective as of May 17, 2023.

Sanepar's tariff model underwent changes in the 2nd Periodic Tariff Review, such as the reclassification of costs between manageable and non-manageable to be considered by the regulatory agent.

The most significant changes were in relation to the costs of chemical products, which were now considered manageable costs, and electricity, where the Agency implemented a differentiated tariff treatment which was broken down into: (i) average price of electricity, measured in BRL /GWh, classified as a non-manageable cost; and (ii) specific consumption, through electricity consumption, measured in projected GWh, classified as a manageable cost. The motivation for this breakdown comes from the allegation that the Company does not manage energy prices, only having action over the management of consumption.

Also, the Municipal Sanitation Fund (*Fundo Municipal de Saneamento*), the Charge for the Use of Water Resources (*Cobrança pelo Uso de Recurso Hídrico*), the Pass-Through for the Use of Springs (*Repasse*

pela Utilização de Manancial), and the Regulation Fee were maintained as non-manageable costs, and expenses for IPVA, IPTU and Fees, Permits and Licensing were included.

1st RTP Deferral

Part of the financial portion in the tariff comes from the deferral from the 1st RTP of Sanepar, when the Company was authorized Agepar, through Authorizing Resolution No. 003, of April 12, 2017, to apply the repositioning tariff index of 25.63% as of April 17, 2017, as provided for in article 3:

Article 3 - To define that the application of the tariff review approved under article 2 of this Resolution shall be deferred for eight (8) years, with the first installment corresponding, in 2017, to an average repositioning of eight point fifty-three percent (8.53%), and the others in seven (7) installments of two point eleven percent (2.11%), plus the corresponding financial adjustment and economic adjustment, which will be carried out by applying the weighted average rate of daily financing calculated in the Special System for Settlement and Custody (*Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC*), as defined in the Technical Note approved in article 1 of this Resolution.

In the 2nd stage of the 2nd RTP, Agepar updated the rule for calculating financial installments in relation to the 1st RTP criteria.

Specifically, regarding the calculation of the deferral compensation tariff, the balance was assessed on December 2020 (base date for calculating the 2nd RTP), using the Selic interest rate as a correction index, applied to the difference between the verified revenue and the current tariff, which amounted BRL 1.582 billion.

The change in methodology occurred in the indexer for the projection of compensation installments considered in the 2nd RTP tariff, with a single indexer defined by the Agency, including for deferral, starting to be projected based on the WACC calculated in the 2nd RTP until the end of the cycle.

The balance of offset installments on the base date of December/2020, which ends at the end of the second tariff cycle, totaled BRL 1.255 billion at the time of the 2nd RTP.

Regarding accounting records, in analogy to Technical Guideline OCPC 08 - Recognition of Certain Assets and Liabilities in General Purpose Accounting and Financial Reports of Electric Energy Distributors issued under the Brazilian and International Accounting Standards, the Company does not record in the Financial Statements the amounts receivable from the deferral, considering that: (i) the realization or enforceability of these amounts would depend on a future event not fully controllable by the entity - future invoicing of water and sewage services; (ii) it is not practicable to know, at the time the right to receive arises, who the debtors of these amounts are; and (iii) the effective receipt of these amounts will only occur upon the maintenance of the grants.

Public Consultation on Annual Tariff Adjustment Methodology

On September 12, 2023, Agepar Public Consultation No. 008/2023 was opened, referring to Technical Note No. 10/2023-CSB - Annual Tariff Adjustment Methodology to be applied as of the year 2024 for basic sanitation of water and sewage services from the Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar. On October 11, 2023, Sanepar presented its contributions.

In summary, the methodology proposed by the Agency adjusts costs according to the IPCA, except for electricity costs, which are adjusted by the variation in energy prices, and both are discounted or increased by a quality performance factor (Q Factor) and discounting productivity gains (X Factor). As for Industrial Charges, the methodology establishes that adjustments relating to the variation between projected and realized values will only be determined in the subsequent RTP.

In January, 2024, Agepar's Board of Directors approved Technical Note No. 010/2023 - Methodology for Annual Tariff Adjustment of Basic Water and Sewage Sanitation Services.

Annual Tariff Adjustment Index - IRT 2024

On September 02, 2024, the Company filed its request for the annual Tariff Adjustment Index (IRT 2024) with Agepar. At a meeting of the Agency's Board of Directors held on 04/09/2024, the 2024 Annual Tariff Adjustment Index (IRT 2024) of 2.9577% was approved, to be applied to the balance tariff, resulting in an average tariff of BRL 6.6290/m³, in accordance with the current adjustment methodology, set out in Agepar Technical Note 10/2023-DRE/CSB, and its application was authorized as of 05/17/2024.

3rd Periodic Tariff Review – Sanepar 3rd RTP

With a view to carrying out the 3rd RTP, scheduled for completion in May 2025, Agepar carried out the actions, highlighted below:

On March 19, 2024, Agepar published resolution No. 17 of March 14, 2024, which approved the Regulatory Compensation Base Assessment Methodology – BRR, for the basic sanitation service (water and sewage).

On April 26, 2024, Agepar published resolution No. 20 of April 26, 2024, which approved the schedule for the 3rd Periodic Tariff Review – RTP for basic water and sewage sanitation services.

On June 13, 2024, Agepar at its Extraordinary Meeting No. 16/2024, Agepar authorized a Public Consultation as a social participation procedure to obtain contributions, suggestions, proposals, criticisms, and other pertinent manifestations, by any stakeholders, regarding the "Periodic Tariff Review Manual for Basic water and sewage sanitation services."

On June 17, 2024, Agepar published resolution No. 29 of June 13, 2024, which approved the Inspection Plan for the Regulatory Compensation Base (BRR) for the basic water and sewage sanitation service.

On September 12, 2024, Agepar published resolution No. 38 of September 11, 2024, which approved the final version of the Tariff Review Manual for water and sewage basic sanitation services - Technical Note No. 7/2024- CSB/DRE.

On November 27, 2024, Agepar published resolution No. 45/2024, in which amends the Annex of Resolution No. 20/2024 - Schedule for the 3rd Periodic Tariff Review ("3rd RTP") of water and sewage basic sanitation services.

On December 13, 2024, Agepar at its Extraordinary Meeting No. 34/2024, resolved to open Public Consultation as of 12/18/2024, for a period of 30 days, to receive contributions regarding the application of tariff calculation methodologies for the 3rd Periodic Tariff Review ("3rd RTP") of water and sewage services provided by Sanepar.

On December 18, 2024, Agepar submitted Public Consultation No. 11/2024 regarding application of tariff calculation methodologies for the 3rd Periodic Tariff Review ("3rd RTP") of water and sewage services provided by Sanepar (partial results referring to the following subjects: Treated Water Losses, Aging and Other Revenues).

On January 27, 2025, Agepar has made public the detailed report on Public Consultation No. 11/2024, including the contribution submitted by Sanepar regarding application of tariff calculation methodologies for the 3rd Periodic Tariff Review ("3rd RTP") of water and sewage services provided by Sanepar (partial results referring to the following subjects: Treated Water Losses, Aging and Other Revenues).

On January 30, 2025, Board of Directors, at its 3rd/2025 Extraordinary Meeting, authorized the submission to the Paraná Regulatory Agency for Delegated Public Services ("Agepar") of the Regulatory Remuneration Base (BRR) survey, base date 12/31/2024 (with fixed assets up to 12/31/2023), referring to the 3rd Periodic Tariff Review ("3rd RTP").

The aforementioned Regulatory Compensation Base is currently being monitored by Agepar, with in view of the 3rd Periodic Tariff Review, which may be subject to changes depending on the Agency's analysis.

On 02/25/2025, Agepar made public the analysis of the contributions received in Public Consultation No. 11/2024, submitted on December 18, 2024.

On 02/27/2025, Agepar published Technical Note DRE/CSB No. 003/2025, referring to the preliminary application of the tariff calculation methodologies for the 3rd Periodic Tariff Review (3rd RTP) of water and sewage services provided by Sanepar, which makes public the preliminary results of the components of the economic-financial model, including the preliminary definitions for Treated Water Losses, Irrecoverable Revenues, Other Revenue, Weighted Average Cost of Capital (WACC), Efficient Operating Costs (OPEX), X-Factor, Market Projections, Assessment of Projected Investments, Regulatory Annuity, Working Capital, Regulatory Compensation Base, Verified Revenue and Compensatory Adjustments.

On 04/15/2025, the Paraná's Regulatory Agency for Delegated Public Services (Agepar), in its 6th/2025 Ordinary Meeting, approved the average basic tariff of the 3rd Periodic Tariff Review (3rd RTP) for the 2025 to 2028 tariff cycle, established at BRL 6.83/m³ (six reais and eighty-three cents per cubic meter) of treated water supplied and sewage collected and treated in the basic sanitation services provided by Sanepar, which represents a correction index of 3.7753%, to be applied linearly throughout Sanepar's currently current tariff structure.

The Technical Note and the Economic-Financial Model Spreadsheet of the 3rd RTP can be accessed at the following address:

<https://www.agepar.pr.gov.br/Pagina/Audiencias-Publicas>

Social Tariff

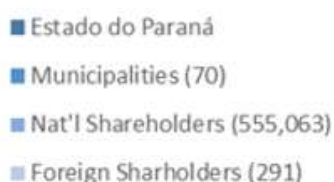
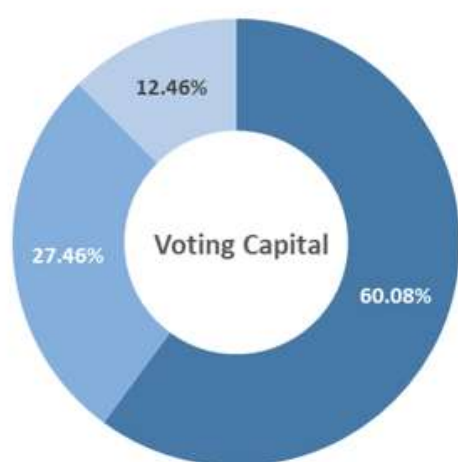
On December 03, 2024, Agepar at its Ordinary Meeting No. 32/2024, resolved to open Public Consultation to receive contributions, regarding the update of the tariff structure for water and sewage sanitation services provided by Sanepar, in compliance with Federal Law No. 14.898/2024, which established guidelines for the Social Water and Sewage Tariff at national level.

On December 09, 2024, Agepar submitted Public Consultation No. 10/2024, regarding the Implementation of Social Tariff for Water and Sewage established by Federal Law No. 14,898/2024 and January 21, 2025, has made public the detailed report on Public Consultation.

4. CAPITAL MARKETS

4.1 SHAREHOLDER COMPOSITION OF CAPITAL on March 31, 2025.

SHAREHOLDERS	Number of Shares			Shareholder Cap (BRL thousands)			% of share	
	ON	PN	Total	ON	PN	Total	Voting Capital	Total Capital
Estado do Paraná	302,653,775	3	302,653,778	1,201,638	0	1,201,638	60.08%	20.03%
Municipalities (70)	-	5,561,963	5,561,963		22,083	22,083		0.37%
Nat'l Shareholders (555,063)	138,302,404	698,900,218	837,202,622	549,108	2,774,872	3,323,979	27.46%	55.41%
Foreign Sharholders (291)	62,779,080	303,008,076	365,787,156	249,254	1,203,045	1,452,299	12.46%	24.19%
TOTAL	503,735,259	1,007,470,260	1,511,205,519	2,000,000	4,000,000	6,000,000	100.00%	100.00%



4.2 SECURITIES

Security	Ticker	Closing Value 1Q24		Closing Value 1Q25		Variation between 1Q24 and 1Q25
Common Shares	SAPR3	BRL	5.04	BRL	5.62	11.51%
Preferred Shares	SAPR4	BRL	5.25	BRL	5.38	2.48%
Units	SAPR11	BRL	26.03	BRL	26.98	3.65%

Comparison between book value and market value (in BRL)



The book value of each share at the end of 1Q25 was BRL 7.96, compared to BRL 7.17 at the end of 4Q24. The Company's market value on March 31, 2025 was approximately BRL 8.2 billion.

4.3 PAYOUT

According to the Bylaws, the portion regarding the mandatory dividend may not be less than 25% of the adjusted net income, pursuant to article 202 of Law 6.404/76.

Pursuant to the current dividend policy, the Management may, besides the mandatory annual dividend, subject to financial health and the public interest that motivated the creation of the Company, approve the distribution of an additional dividend at up to 25% of net income. For shareholders holding preferred shares, Dividends or Interest on Equity ("IoE") per share is 10% higher than that attributed to common shares.

Every six months, in June and December of each year, Sanepar makes an accounting credit to its shareholders relating to Interest on Equity on the results of each six-month period, for shareholders with a shareholding position on the date defined by Board of Directors in June and December of each year.

Negotiations after the credit are considered ex-dividends (interest on equity and dividends).

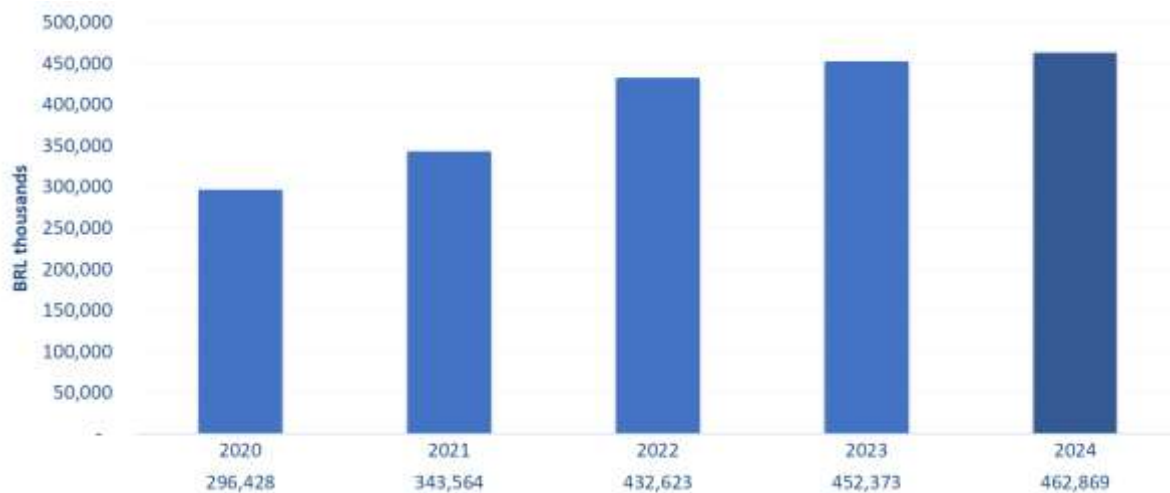
Interest on Equity is subject to Withholding Income Tax, except for shareholders who declare themselves immune or exempt.

For the first half of 2024, the calculated (gross) amount of Interest on Equity, subject to the legal limit of Long-Term Interest Rate (*Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP*) variation within the period, was BRL 224,019,722.22. This amount replaces the Mandatory Dividends, as provided for in the articles of incorporation and based on the results assessed in the 1st half of 2024. The Interest on Equity credit was defined by the Board of Directors at its 6th/2024 Ordinary Meeting on June 20, 2024, and disclosed to the market in the Notice to Shareholders of the same date, considering the shareholding position of June 28, 2024.

For the second half of 2024, the calculated (gross) amount of Interest on Equity, subject to the legal limit of Long-Term Interest Rate (*Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP*) variation within the period, was BRL 238,848,897.58. This amount replaces the Mandatory Dividends, as provided for in the articles of incorporation and based on the results assessed in the 2nd half of 2024. The Interest on Equity credit was defined by the Board of Directors at its 12th/2024 Ordinary Meeting on December 19, 2024, and disclosed to the market in the Notice to Shareholders of the same date, considering the shareholding position of December 30, 2024.

The financial availability of the respective amounts will occur on 06/26/2025, as defined by the 61st AGM, occurred on April 28, 2025.

Shareholders' compensation:



2020 to 2024 Dividend/loE Payments

Fiscal Year	Period	Dividends/loE*	Gross amount assigned (BRL)	Value per ON share (BRL) SAPR3	Value per PN share (BRL) SAPR4	Value per Unit (BRL) SAPR11	Record date	Payment date
2024	1st Half	loE	224,019,722.22	0.138974142	0.152871556	0.750460368	06/28/2024	06/26/2025**
	2nd Half	loE	238,848,897.58	0.148173653	0.162991019	0.800137728	12/30/2024	06/26/2025**
Total distribution - Year 2024			462,868,619.80					
Payout (from the adjusted net income)			31.5%					
(**)estimated data								
2023	1st Half	loE	268,850,259.28	0.166785468	0.183464015	0.900641526	06/30/2023	06/27/2024
	2nd Half	loE	183,522,372.75	0.113850977	0.125236075	0.614795278	12/28/2023	06/27/2024
Total distribution - Year 2023			452,372,632.03					
Payout (from the adjusted net income)			31.7%					
2022	1st Half	loE	154,206,243.29	0.095664257	0.105230683	0.516586990	06/30/2022	06/27/2023
	2nd Half	loE	278,416,914.89	0.172720292	0.189992322	0.932689579	12/29/2022	06/27/2023
Total distribution - Year 2022			432,623,158.18					
Payout (from the adjusted net income)			39.6%					
2021	1st Half	loE	151,083,814.93	0.093727210	0.103099931	0.506126935	06/30/2021	06/24/2022
	2nd Half	loE	174,779,663.05	0.108427301	0.119270031	0.585507423	12/30/2021	06/24/2022
	2021	Dividends	17,700,964.58	0.010981071	0.012079178	0.059297781	04/28/2022	06/24/2022
Total distribution - Year 2021			343,564,442.56					
Payout (from the adjusted net income)			30.7%					
2020	1st Half	loE	150,687,449.07	0.093481318	0.102829450	0.504799119	06/30/2020	06/18/2021
	2nd Half	loE	145,740,318.85	0.090412289	0.099453518	0.488226359	12/30/2020	06/18/2021
Total distribution - Year 2020			296,427,767.92					
Payout (from the adjusted net income)			31.4%					

* Interest on Equity

5. OTHER INFORMATION

5.1 ESG AGENDA - ENVIRONMENTAL, SOCIAL, AND GOVERNANCE

The Company's ESG commitment, stated in its purpose: "Bringing health to the population in a sustainable way" guides efforts to generate value for its various Stakeholders. In March 2025, a study on sanitation and health was published by the Trata Brasil Institute. In this work, the contribution of investments in Sanitation made by Sanepar over 16 years (2008-2024) to improving health indicators in the State of Paraná is evident.

Also in the first months of 2025, the international platform for reporting environmental information, CDP, released the 2025 score of its respondents. The questionnaires used to define the 2025 score gather responses relating to environmental performance in 2024. Following the evolution and global standardization of sustainability reporting rules, the CDP score calculation methodology has been significantly reformulated. Sanepar obtained a C for Climate Change and a B for Water Security this year.

The new ISE B3 portfolio came into effect on May 2, 2025, including the companies that met the index's requirements. For another cycle, Sanepar's Units (SAPR11) remain part of the ISE B3 theoretical portfolio, reinforcing the Company's commitment to ESG principles established by B3.

5.2 - REGISTERED WARRANT (PRECATÓRIO) RECEIVABLE

The Company was successful in the declaratory action 1074228-74.2022.4.01.3400, in which the Regional Federal Court for the First Region recognized the lack of a legal tax relationship between Sanepar and the Federal Government because the Company benefits from tax immunity reciprocity provided for under Article 150, VI, "a", of the 1988 Federal Recognition, restricted to the payment of the Corporate Income Tax (IRPJ) (unduly paid taxes) for the period of May 1996 to October 2022.

Until the closure of the Financial statements for 2024, the Company's Management disclosed in the Notes to the financial statements a "Contingent Asset", however, with the inclusion of the registered warrant of IRPJ lawsuit in the State Government budget, the Contingent Asset became a virtually certain of future economic benefits to the Company, a fact that justifies the recognition of the Asset (right to receive) and the corresponding registration in the Financial statements.

In the 1Q25, with the publication of the Annual Budget Law (LOA) for 2025, Law No. 15.121/2025, dated April 10, 2025, including registered warrants enrolled under No. 1189180920244019198, the Company recognized the right to receive in Non-current assets.

The amount of R\$3,979,261 (face value), registered as a court order, was calculated at fair value, using the following criteria: i) update by IPCA-E from March/24 to March/25; ii) projection of update by IPCA-E until December/25 (constitutional grace period); iii) projection of update by SELIC from January/26 to December/26; and iv) Adjustment to Present Value for March/25 using SELIC as the discount rate, resulting in the amount of R\$3,954,194, which was registered in Non-Current Assets, considering the expectation of receiving the court order until the end of the Subsequent Fiscal Year.

Description	3/31/2025
Principal amount (Other operating income)	2,055,758
SELIC update value (Financial income)	1,923,503
IPCA-E update value (Financial income)	224,281
(-) Fair value (Financial expenses)	(249,348)
Total	3,954,194

As described in Note 21 – Regulatory Liability, the Company complementarily recognized an obligation to deal with regulatory reflexes relating to the sharing of economic benefits arising from the registered warrant (precatório).

Income Statement	1Q25	1TQ24	1Q23
Net Operating Revenue	1,805.2	1,698.0	1,454.0
Costs of Services Provided	-841.5	-685.8	-588.6
Gross Profit	963.7	1,012.2	865.4
Operating Expenses	0.9	-371.4	-317.8
Commercial	-225.4	-118.8	-26.0
Administrative	-529.3	-241.4	-186.6
Court-Ordered Government Payment Obligations ("Precatórios") Revenue on IRPJ Lawsuit	2,055.8	-	-
Other Operating Revenues	2.7	-	-
Civil, Labor, Tax & Environmental Provisions	161.1	31.5	-63.4
Retirement and Health Care Plan Provisions	-14.1	-12.5	-11.4
Regulatory Liabilities Provision	-1,354.8	-	-
Profit Sharing Program	-92.4	-29.0	-24.5
Other Operating Expenses	-2.7	-1.2	-5.5
Equity Results Method	-	-	-0.4
Income Before Financial Result and Taxes	964.6	640.8	547.6
Financial Result	184.8	-74.5	-70.5
Financial Revenues	2,165.7	82.7	68.4
Financial Expenses	-1,980.9	-157.2	-138.9
Result before taxes on the profit	1,149.4	566.3	477.1
Income Tax and Social Contribution on the Profit	58.6	-186.9	-157.5
Net Profit in the Period	1,208.0	379.4	319.6

Balance Sheet - Assets	MAR/25	DEC/24	DEC/23
Current Assets			
Cash & Cash Equivalent	1,848.6	1,800.8	1,285.2
Accounts Receivable from Customers	1,229.5	1,250.8	1,260.2
Stocks	74.2	73.2	69.3
Taxes to Recover	100.7	26.3	14.6
Linked Deposits	85.8	96.6	61.7
Derivative Financial Instruments	11.1	22.4	62.8
Other Accounts Receivable	33.5	26.1	22.9
Total Current Assets	3,383.4	3,296.2	2,776.7
Non-current Assets			
Accounts Receivable from Customers	154.1	161.1	271.5
Deferred Income Tax & Social Contribution	925.0	787.1	828.5
Linked Deposits	127.8	135.0	90.0
Judicial Deposits	285.1	436.0	586.9
Contractual Financial Assets	868.0	850.6	708.2
Contracts Assets	3,044.9	2,777.9	2,761.0
Court-Ordered Government Payment Obligations ("Precatórios") Receivable	3,954.2	-	-
Other Accounts Receivable	122.4	123.8	57.0
Investments	2.3	2.2	2.3
Fixed Asset	348.8	348.6	378.1
Intangible Asset	11,661.8	11,589.5	10,343.7
Total Non-current Assets	21,494.4	17,211.8	16,027.2
Total Assets	24,877.8	20,508.0	18,803.9

Balance Sheet - Liabilities	MAR/25	DEC/24	DEC/23
Passivo Circulante			
Labor Obligations	420.9	166.8	171.1
Suppliers	320.1	331.7	354.9
Tax Obligations	168.1	111.7	100.1
Loans, Financing, Debentures, Leasing	712.4	584.6	671.1
Dividends & IoC - Payable	318.1	318.1	308.8
Contractual Collateral and Withholding	2.4	2.4	2.4
Revenue to be Appropriated	3.6	3.6	3.6
Derivative Financial Instruments	-	-	62.3
Other Bills to Pay	134.4	133.5	107.5
Retirement and Health Care Plan Provisions	77.0	76.1	73.6
Labor Provisions	144.6	121.9	114.7
Total Current Liabilities	2,301.6	1,850.4	1,970.1
Non-current Liabilities			
Suppliers	123.4	4.7	-
Loans, Financing, Debentures, Leasing	5,896.8	6,046.7	5,106.6
Revenue to be Appropriated	3.3	4.2	7.7
Regulatory Liabilities	2,890.7	-	-
Other Bills to Pay	88.2	88.3	85.8
Retirement and Health Care Plan Provisions	1,078.5	1,065.3	1,030.9
Provisions	458.6	619.7	858.6
Total Non-current Liabilities	10,539.5	7,828.9	7,089.6
Total Liabilities	12,841.1	9,679.3	9,059.7
Equity			
Issued Capital Share	5,996.1	5,996.1	5,996.1
Revaluation Reserve	45.1	46.1	50.2
Profit Reserve	4,594.7	4,594.7	3,507.4
Accumulated Profits	1,209.0	-	-
Equity Valuation Adjustments	4.0	4.0	4.2
Other Statements of Comprehensive Income	187.8	187.8	186.3
Total Shareholders' Equity	12,036.7	10,828.7	9,744.2
Total Liabilities and Shareholders' Equity	24,877.8	20,508.0	18,803.9

Cash Flow Statement	1Q25	1Q24	1Q23
Cash Flow From Operating Activities			
Net Profit in the Period	1,208.0	379.4	319.6
Adjustments to reconcile net profit and net cash			
Depreciation & Amortization	151.3	133.4	116.3
Costs of write-offs in fixed and intangible assets	3.6	1.4	2.0
Adjustment to Recoverable Value of Assets	-2.5	-0.3	-0.6
Adjustment to Present Value - Financial Assets	-9.2	-8.0	-7.0
Provision for Losses in credit realizations	82.6	29.9	-45.4
Deferred Income Tax & Social Contribution, net	-137.9	-6.1	-40.9
Civil, Labor, Tax and Environmental Provisions	-161.1	-31.5	63.4
Retirement & Health Care Plan	14.1	12.5	11.4
Interest of Financing	128.1	118.1	97.9
Monetary Variations on Financing	47.3	33.6	41.2
Interest and Monetary Updates on Leasing	12.1	11.4	10.6
Interest and Monetary Updates on PPPs	0.2	-	-
Exchange Variations, net	-7.8	0.5	-0.1
Derivatives Variations	11.4	0.7	0.6
Result of Equity Method	-	-	0.4
Appropriation of costs on the third parties fundraising	1.6	1.6	1.8
Fair Value Adjustment - Investments	-0.1	0.1	-
Fair Value Adjustment - Court-Ordered Government Payment Obligations ("Precatórios")	249.3	-	-
	1,591.0	676.7	571.2
Variation in Assets & Liabilities			
Accounts Receivable from Customers	-54.3	-32.4	-71.9
Taxes and Contributions to recover	-74.3	-0.3	-1.2
Stocks	-1.0	5.1	5.5
Judicial Deposits	150.9	3.2	-18.1
Other Credits and Accounts Receivable	-4,203.5	-	-
Suppliers	-5.9	-61.2	-3.4
Concession Contracts	107.0	-22.4	-60.8
Taxes and Contributions	168.8	142.8	140.7
Salaries and Charges Payable	276.7	31.9	25.8
Contractual Collateral and Withholding	-	-	0.1
Revenues to be Appropriated	-0.9	-0.9	-0.9
Income Tax and Social Contribution, paid	-112.4	-119.7	-121.3
Regulatory Liability	2,890.7	-	-
Other Accounts to pay	0.8	12.4	15.7
	-857.4	-41.5	-89.8
Cash Generated by Operation Activities	733.6	635.2	481.4
Cash Flow from Investments			
Investment in Fixed & Intangible Assets	-485.1	-424.6	-402.7
Investments Application	-	-	-0.4
Cash Generated by Investment Activities	-485.1	-424.6	-403.1
Cash Flow from Financing Activities			
Financing Obtained	106.1	664.5	132.0
Amortization on Financing	-133.9	-66.3	-59.6
Interest Payments on Financing	-152.9	-111.0	-107.8
Leasing Payments	-34.1	-29.9	-23.2
PPPs payment	-3.8	-	-
Costs in the Third Parties Fundraising	-	-4.9	-
Linked Deposits	17.9	-34.9	-14.9
Cash Generated by Financing Activities	-200.7	417.5	-73.5
Variation in Cash and Cash Equivalent Balance	47.8	628.1	4.8
Cash and Cash Equivalent Initial Balance	1,800.8	1,285.2	1,207.9
Cash and Cash Equivalent Final Balance	1,848.6	1,913.3	1,212.7

Earnings Conference Call | 1Q25

Friday, May 09, 2025 | 9:00 a.m. (BRT)

Log on the Webcast at ri.sanepar.com.br

Investor Relations

Chief Finance and Investor Relations Officer

Abel Demetrio

Investor Relations Manager

Ricardo Garcia Gonçalves

Investor Relations Team

Gislaine Norato Silva Nogueira

Jamile Gema de Oliveira

Marcos Aurélio Gaiovicz

ri@sanepar.com.br | ri.sanepar.com.br